

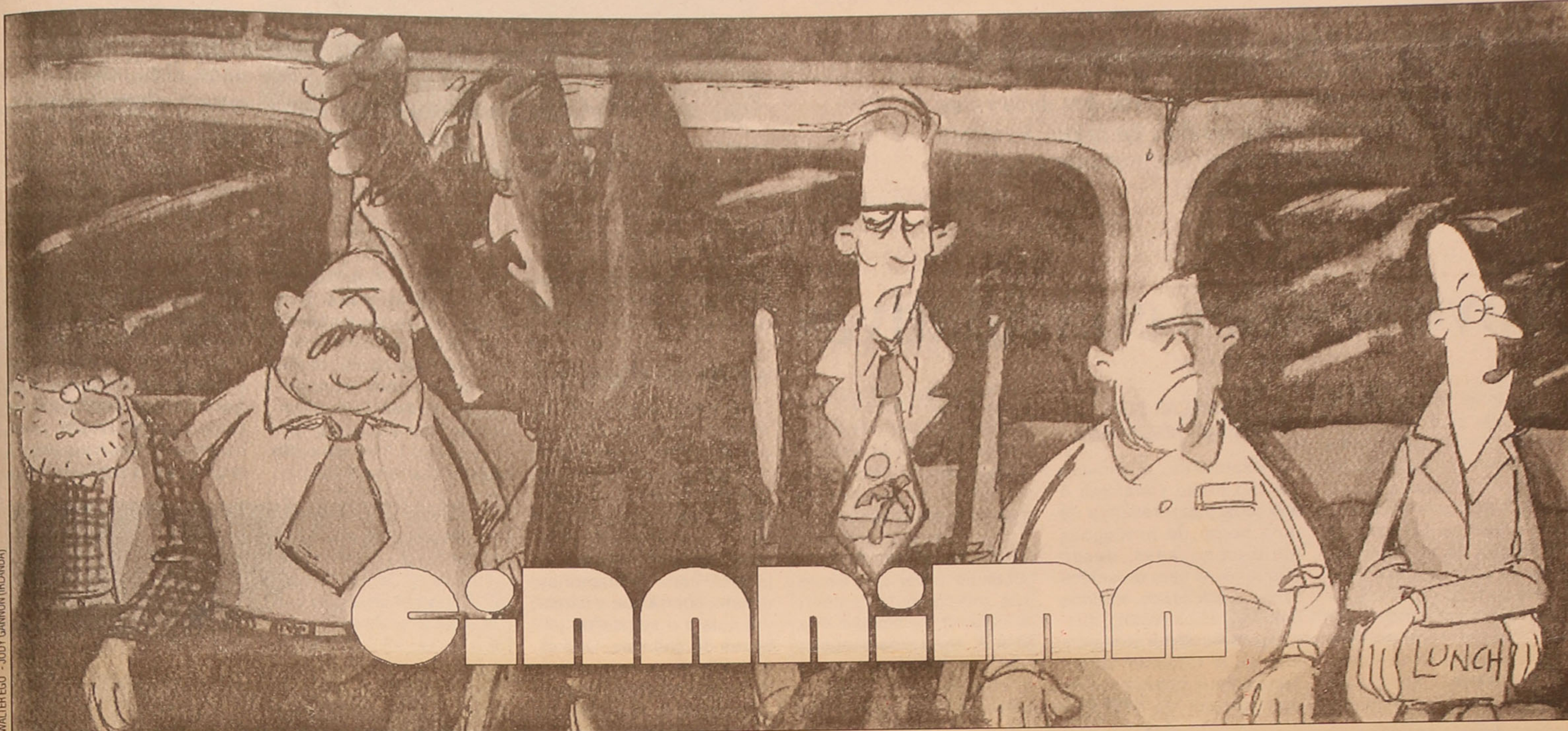
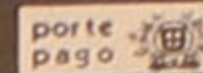
# MARÉ VIVA

S E M A N Á R I O

**JOVEM  
ACADEMISTA  
CAMPEÃO  
EUROPEU  
DE HÓQUEI**

SELECÇÃO 'SOBRE RODAS' - PÁG. 7

DIRECTOR INTERINO: ANTÓNIO GAIO ■ DIRECTOR-ADJUNTO INTERINO: ANTÓNIO CAVACAS ■ ANO XXIII - N.º 1063 ■ ESPINHO ■ 05-11-98 ■ PREÇO: 80\$00 (IVA inc.)



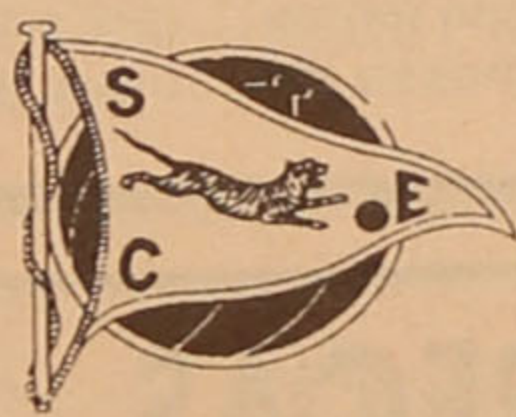
## O MUNDO EM ANIMAÇÃO

A 22.ª edição do CINANIMA - Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho, vai decorrer de 10 a 15 de Novembro. Como tem acontecido nestas mais de duas décadas, a cidade vai receber muitos convidados, portugueses e estrangeiros,

ligados a esta forma de expressão artística. Em competição estarão 131 filmes, provenientes de 29 países, entre os quais quase todas as obras que mereceram elogios nos últimos tempos. No entanto, o festival não se esgota na atribuição de prémios. Para

além da exibição de filmes em sessões retrospectivas, paralelamente terão lugar três exposições, de que se destaca a dedicada a Vasco Branco. A componente formativa está já presente, com a realização de um atelier de formação. - Págs. 2 a 4

### SPORTING CLUBE DE ESPINHO



**CELEBRA  
84.º ANIVERSÁRIO**

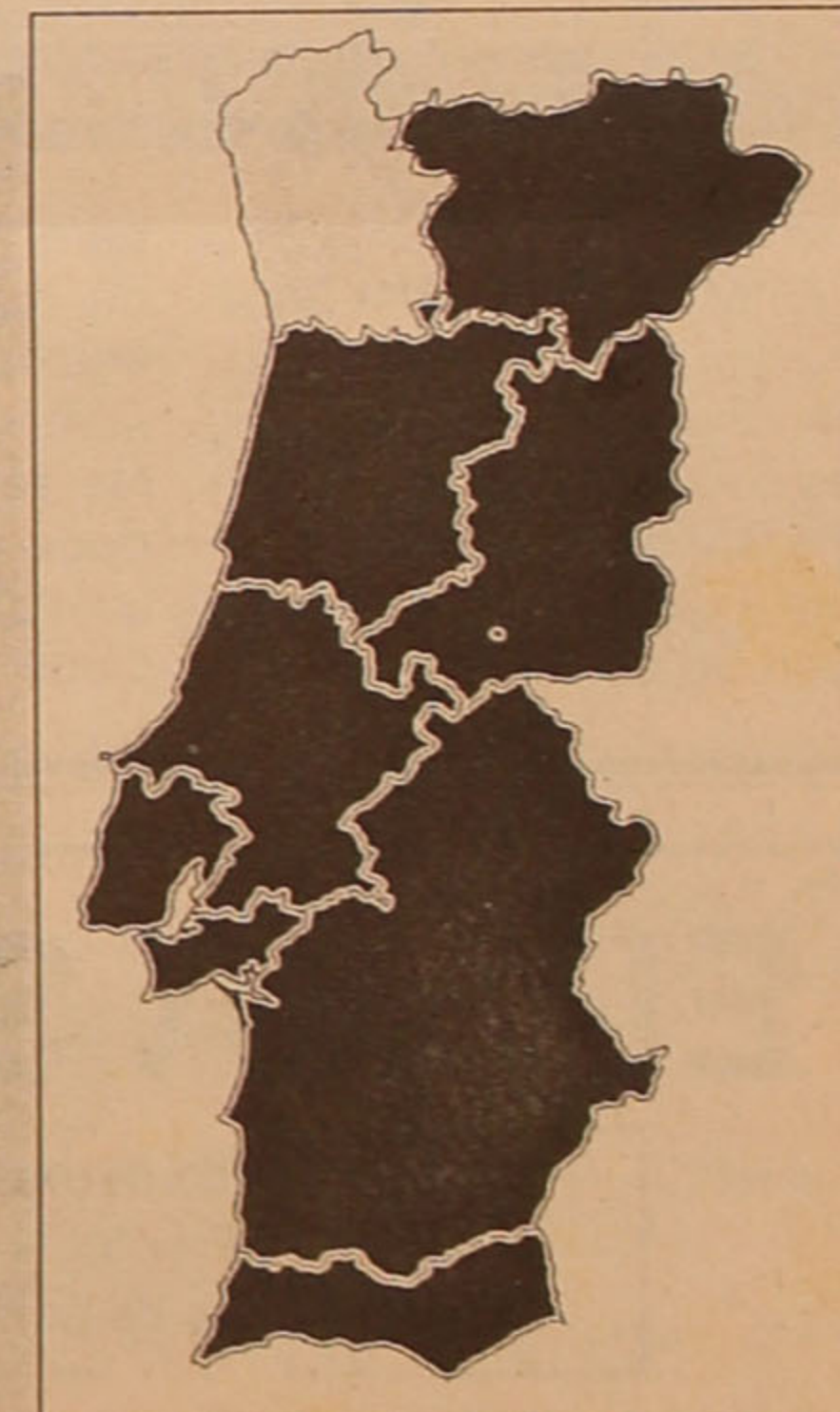
PROGRAMA COMEMORATIVO NA PÁG. 6

### REGIONALIZAÇÃO

Domingo é o "Dia D" para a regionalização, apelidada por alguns como "reforma do século". O povo português vai dizer, através de referendo, se concorda ou não com a instituição em concreto das regiões administrativas propostas.

Neste número, o 'MV' faz o relato das mais recentes iniciativas de esclarecimento, conclui a publicação dos depoimentos solicitados a personalidades espinhenses de vários quadrantes e entrevista Carlos Gaio (PS), defensor do 'sim', e Luís Montenegro (PSD), partidário do 'não'.

Destaque nas págs. 8 a 14



22.<sup>a</sup> edição do Cinanima começa na próxima terça-feira

# Mais um mergulho do golfinho...

Sente-se já o burburinho dos quilómetros de filme que anseiam saltar das latas de metal, redondas e frias, directamente para os ecrãs das duas salas de espectáculos da nossa cidade. De facto, o relógio já há muito anunciou contagem decrescente e o dia 10

está cada vez mais próximo. Uma vez mais, os traços de celulóide enchem a cidade por cinco dias, animando a Rainha da Costa Verde com bom cinema e a presença de realizadores e gente da animação, nacional e internacional.

## Nove sessões convidativas

Ao longo desta edição do festival, os interessados poderão assistir às sessões competitivas, a decorrer no cinema do Casino, e acompanhar as mais recentes produções do Cinema de Animação, ou então ir às sessões retrospectivas, este ano com os seguintes temas: "Animação no Feminino", "Os Oceanos na Animação", "O Cinema de Animação Austríaco", "Ateliers da ASIFA" e ainda os filmes

### COMEÇAR COM SOTAQUE AMERICANO

Realmente, a primeira sessão deste Cinanima é marcada pela presença de uma horda de produções norte-americanas: desde pequenos e bem divertidos filmes publicitários, trazidos pelos estúdios ACME, passando pela última moda em animação tri-dimensional, onde somos conduzidos às profundezas de Atlantis -

Gromit, chegado dos britânicos estúdios Aardman, "Stage Fright", em português "Medo do Palco", que vai deliciar os amantes da animação com plasticina.

E, esperando que não tenham ficado com medo de continuar a ver que filmes irão passar pelo "palco", avançamos à sessão das 21h45, para vos mostrar que: com "Um Olho" e com a "Boca Fechada", "Os Inocentes do Estrangeiro" de-

Sempre" o "Peixe em Terra" irá recordar "O Dia em que o Leiteiro não Apareceu"...

### A NOITE DAS BORBOLETAS

E como quarta-feira é "Outro Dia", teremos à tarde a famosa família dos anúncios da Singer em jeito de Carmen Miranda perguntando "O que é que a Singer Tem?". Da Bélgica chegamos "Sarajevo - Sombras e Luzes", com as memórias de uma guerra que destruiu um país e o sorriso de milhares de crianças. Depois do intervalo assistiremos à primeira das duas longas-metragens a concurso: "A Pequena Flauta Mágica".

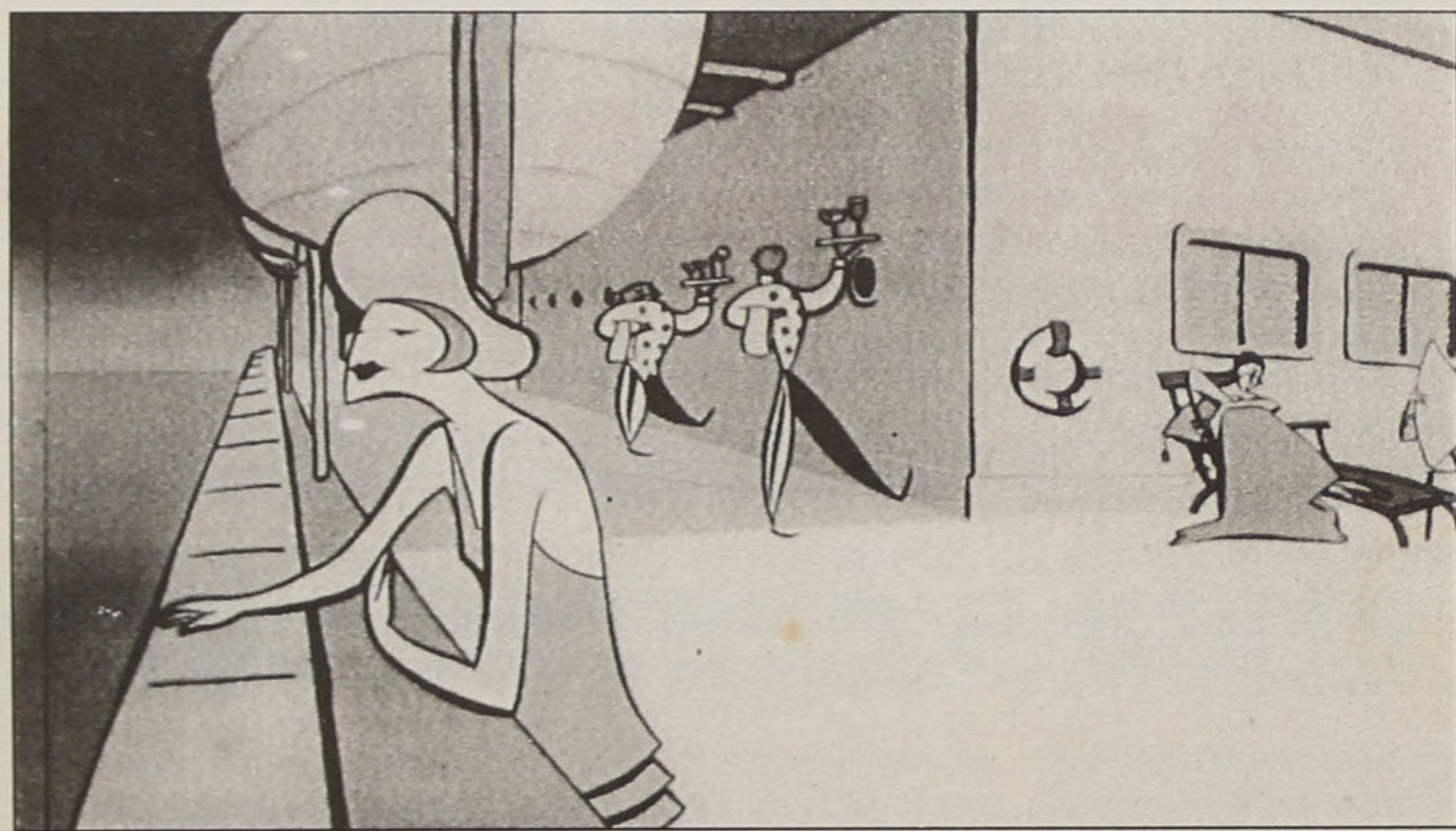
A sessão das 21h45 de quarta-feira pode, sem sombras de dúvidas, ser apelidada de nocturna. Senão vejamos: são logo três os filmes que se debruçam sobre ela: "A Noite" (Polónia), "As Borboletas da Noite" (Bélgica) - de referir que este filme obteve o grande prémio no Festival de Annecy em Maio deste ano - e, para fechar a tríade, e também a sessão, temos "A Dança da Meia-Noite" (Irlanda). Por outro lado, entre outros filmes, poderemos ver uma versão moderna do Pinóquio, agora um jovem que deseja singrar em Hollywood, fazendo filmes de animação, em "O Pequeno Rapaz de Madeira".

### TRÂNSITO LIVRE PARA MEIAS ALTAS

Na quinta-feira, só haverá sessão da noite. Contudo, ela promete. De assina-

lar o filme "T.R.A.N.S.I.T." (Reino Unido), pela originalidade do seu argumento, que, parecendo de início uma história banal, acaba por surpreender, surpreendendo também a sua animação. De assinalar que "T.R.A.N.S.I.T." foi nomeado para o Cartoon D'Or; tal

curtas metragens produzidas pelo Filmógrafo para a RTP, nomeadamente para o programa "O Jardim da Celeste". E, continuando numa onda de produções para séries, temos "Para Quê uma Bandeira?", onde se explica passo a passo a origem e a história de cada



"T.R.A.N.S.I.T.", de Piet Kroon (Reino Unido)



"Clinton", de J. J. Sedelmayer (EUA)

como "Sientje" (Hungria), que obteve prémios para a categoria de primeiro filme em vários festivais.

Na segunda parte, passará "Pipi das Meias Altas" (Alemanha), mais uma longa metragem a preencher o programa do Cinanima 98.

### E A CELESTE VEIO A ESPINHO...

Pois é, no penúltimo dia do Cinanima eis que temos a presença em massa de

uma das bandeiras dos países da Comunidade Europeia (concorre apenas o episódio referente à bandeira francesa). Mas não ficamos por aqui - directamente dos Estados Unidos, chega-nos o humor corrosivo de J.J. Sedelmayer e os seus pequenos filmes, que satirizam factos, temas e figuras do quadrante norte-americano, e que passam num talk show dos "sates" (por enquanto, ficamos com uma sátira a um docu-

premiados no Cinanima 97.

O "MV" decidiu dar uma panorâmica dos filmes que preencherão as nove sessões competitivas, de modo a orientar os nossos leitores sobre o que poderão ver este ano no Cinanima.

bem ao estilo do Pavilhão da Realidade Virtual, aqui sem as cadeiras que mexem -, entre outros filmes. Na terça-feira, às 17h30, pode-se também assistir a um "primo" dos bem conhecidos Wallace e o seu fiel

monstram com a "Morte de um Cão" que "O Crime não Compensa". Ou refira-se, também, as "Coscuvilhices" de um "Holandês Voador" sobre "A Excitante Vida de uma Árvore" no "Mosteiro da Rainha" e "Para Todo o

## ELVIRA SILVA

Especialista de dermatologia e venereologia (doenças da pele)

CONSULTÓRIO: Rua 11 n.º 746 - Telef. 7343467

## MODAS J. GOMES

de José Gomes Fernandes

TUDO PARA HOMEM E SENHORA

GALERIAS SABINUS - Rua 8 n.º 589 - Lojas 1 e 3  
4500 ESPINHO

## ASSISPEÇAS

Comércio de Componentes p/ Video e TV

José Manuel Santos Granja

Rua 26.º 655 (atrás do Tribunal)  
Tel. 734 88 97 - Fax 731 24 89

4500 ESPINHO

mentário da Disney sobre o naufrágio do Titanic, com "Titey", e até ao fim do festival ainda vamos ver mais filmes deste programa).

Na sexta à noite, naquela que é das sessões mais procuradas do Cinanima (vá lá saber-se porquê, todas oferecem bom cinema...), vão passar alguns filmes que merecem um olhar mais atento. Começando por um filme Inglês, "O Albatroz", que adapta um poema tradicional do séc. XVI e narra, num registo gráfico excepcional de verdadeira obra de arte, a história de um velho marinheiro que perdeu todos os companheiros de viagem devido à maldição de um albatroz.

Também a não perder, mais um filme de J.J. Sedelmeyer, que, desta vez, nos leva à rodagem da cena final do clássico "Casablanca", onde um Humphrey Bogart qualquer se vê atrapalhado com problemas gastrointestinais... por acaso, o filme também se chama "Casablanca".

**A FITA CHEGA AO FIM**

Sábado. Já se começa a sentir saudades, mas ainda há mais duas sessões para ver. De manhã, às



"O que é que a Singer tem?", de Mário Jorge (Portugal)

10h30, teremos um conjunto adequado para os mais pequenos, com destaque para "Frágil" (Luxemburgo) - onde copos, canecas e garrafas ganham vida -, "A Criança e o Guizo" (França), um filme natalício que conta a história de um menino abandonado à nascerça num dia de Natal e que é encontrado por um carteiro, e que, mais tarde, descobrirá que afinal tem um pai muito especial.

De tarde, às 15h, vemos o conjunto derradeiro, a meta está perto, e, como prato forte, mais uma viagem virtual no mundo da animação tridimensional, desta feita explorando o Universo Inter-galáctico e combater

extra-terrestres com "Star Trek - A Experiência". Mantendo o clima de aventura, aparece-nos Luzinha, o herói fundamental que nos lembra as questões essenciais de utilização de energia e preservação do meio ambiente em "As Aventuras do Luzinha". E, como o Cinanima é um festival que gosta de estar em cima do acontecimento, teremos as façanhas do intrépido presidente grisalho e maroto na Casa Branca, com o filme "Clinton". Entre, claro está, muitos outros filmes, para todos os gostos.

E assim termina mais um Cinanima e as pessoas saiem a pensar no próximo... ■ C. L. G.

A 22.ª edição do CINANIMA vai decorrer nas duas salas de cinema da cidade. No Cine-Teatro S. Pedro vão ser exibidas as sessões especiais para as escolas, uma retrospectiva e, no último dia do festival, sessões com os filmes premiados.

O cinema do Casino Solverde será o local onde se poderá assistir às nove sessões competitivas, às restantes retrospectivas e à sessão de encerramento do festival, que terá lugar no sábado, dia 14, com início às 22 horas.

A competição vão estar 131 obras, em representação de 29 países. Portugal terá 10 filmes na competição geral e 16 candidatos ao Prémio Jovem Cineasta.

## Programação Geral

### - Casino Solverde -

**TERÇA-FEIRA, DIA 10**

- 14h00 - Retrospectivas Premiados 1997 e Escolha do Júri
- 15h45 - Retrospectiva Programa de Coordenação Europeia
- 17h30 - Sessão competitiva 1
- 21h45 - Sessão competitiva 2

**QUARTA-FEIRA, DIA 11**

- 14h30 - Retrospectiva Áustria
- 17h30 - Sessão competitiva 3
- 21h45 - Sessão competitiva 4

**QUINTA-FEIRA, DIA 12**

- 18h00 - Prémio Jovem Cineasta / Apresentação de projectos portugueses
- 21h45 - Sessão competitiva 5

**SEXTA-FEIRA, DIA 13**

- 14h00 - Retrospectiva Ateliers da ASIFA
- 15h30 - Retrospectiva Os Oceanos na Animação
- 17h30 - Sessão competitiva 6
- 21h45 - Sessão competitiva 7

**SÁBADO, DIA 14**

- 10h30 - Sessão competitiva 8
- 15h30 - Sessão competitiva 9
- 18h00 - Retrospectiva Animação no Feminino
- 22h00 - Sessão de Encerramento

**DOMINGO, DIA 15**

- 10h30 - Sessão especial filmes premiados
- 15h30 - Exibição longa-metragem animação
- 18h30 - Sessão especial filmes premiados
- 21h45 - Exibição longa-metragem animação

# Prémios e galardões

O CINANIMA - Festival Internacional de Cinema de Animação, atribui dezito prémios.

O júri internacional, constituído por Carlos Pinto Coelho - presidente -Portugal, Georges Sifianos - França, Georges Schwizgebel - Suíça, Borivoj Dovnikovic - Croácia e Florence Henrard - Bélgica, vai ter a responsabilidade de decidir doze desses prémios.

O principal é o Grande Prémio/Caixa Geral de Depósitos, no valor de 750 contos, que consagra o vencedor do festival. O prémio Cidade de Espinho/Prémio Especial do Júri, no valor de 250 contos, dá o título oficioso de "vice-campeão". O terceiro prémio com valor pecuniário (também 250 contos) é o da categoria G - primeiro filme, patrocinado pelo Instituto Português da Juventude. Para além destes, o júri irá também atribuir prémios por categorias. Estas dividem-se em: categoria A, filmes com duração inferior a 6 minutos; categoria B, filmes com duração entre 6 e 13 minutos; categoria C, filmes com duração entre 13 e 26 minutos; categoria D, filmes com duração entre 26 e 52 minutos; categoria E, longas-metragens; categoria F, filmes publicitários e institucionais; categoria H, filmes didácticos e de informação; categoria I, genéricos; categoria J, séries.

Há, no entanto mais prémios nesta edição do CINANIMA, cada um com um júri específico.

**OUTROS JÚRIS, OUTROS PRÉMIOS**

O Prémio Jovem Cineasta Português, patrocinado pelo Instituto Português da Juventude, no valor de 300 contos, vai ser atribuído por um júri composto por Sérgio Costa Andrade, jornalista, Francisco Lança, realizador, Hélia Aluai Sampaio, estudante de Belas Artes, Nicole Salomon, directora de um estúdio cinema animação em Annecy - França e Pat Raine Webb, free-lancer - Inglaterra. A este galardão concorrem filmes realizados por jovens com idade até 30 anos.

O Prémio RTP, atribuído por aquela estação de televisão, consiste na compra de direitos de exibição do filme escolhido pelo júri composto por Carlos Barradas, realizador - RTP, Valdemar Cruz, jornalista do "Expresso" e João Quaresma, jornalista do "Jornal de Notícias".

O Prémio Alves Costa é atribuído pelos membros da imprensa acreditados no festival.

O Prémio José Abel contempla o melhor filme europeu e é da responsabilidade do estúdio de animação E-Toons. ■

O Grande Prémio, a consagração de um filme como vencedor do festival, só foi instituído na edição de 1988. Desde esse ano até à última edição, é esta a lista de filmes que conseguiram arrecadar tal galardão.

O sucessor será encontrado no próximo dia 15 de Novembro.

ANO	TÍTULO	REALIZADOR	PAÍS
1988	Pequeno Almoço na Relva	Priit Paarn	URSS
1989	O Teatro do Pai Carlo	Rao Heidmets	URSS
1990	Trevas, Luz, Trevas	Jan Svankmajer	Checoslováquia
1991	Balão	Ken Lidster	Reino Unido
1992	Franz Kafka	Piotr Dumala	Polónia
1993	As Calças Trocadas	Nick Park	Reino Unido
1994	O Monge e o Peixe	Michael Dudok de Wit	França
1995	O Banho de Nyurka	Oxana Chercasova	Rússia
1996	O Ano do Veado	Georges Schwizgebel	Suíça
1997	A Sereia	Alexander Petrov	Rússia

**Rádio Globo Azul**  
...A PURA SEDUÇÃO DA RÁDIO

RUA 14 N.º 648 - 3.º A - 4500 ESPINHO  
Tel. 7347216 / 7312303 - Fax 7348470

**Justino Godinho**

LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA

Rua 25 n.º 253 - Telef. 7340475  
4500 ESPINHO

**Jorge Oliveira** **ESPIMAGEM**

ESTÚDIO FOTOGRÁFICO (CORES, PRETO E BRANCO) E VIDEO  
REPORTAGENS EM FOTOGRAFIA E VIDEO  
MONTAGENS DE FILMES  
FOTOCÓPIAS A CORES E A PRETO E BRANCO

Rua 62 n.º 336 - Tel. 7320400 - Fax 7320401 - Telemóvel 0931.325894 - 4500 ESPINHO

# Retrospectivas: olhar abrangente

Este ano, para além das sessões competitivas, o CINANIMA vai apresentar oito retrospectivas, que serão exibidas no cinema do Casino Solverde.

Como já é habitual, al-

nacional que escolhessem alguns dos filmes que os marcaram. Estas duas retrospectivas serão exibidas na terça-feira, dia 10, pelas 14 horas. A seguir, às 15h45, decorre a sessão



"A Donzela e o Soldado", de Katariina Lillqvist (Finlândia)

guns dos filmes premiados na edição do ano passado serão recordados, na retrospectiva Premiados 97. Novidade para este ano é a Escolha do Júri. A organização do festival solicitou aos membros do júri inter-

dedicada à Coordenação Europeia de Festivais, com uma selecção de filmes que concorreram em outros festivais europeus. Note-se que esta sessão será repetida, na sexta-feira, dia 13, pelas 18h30, no Cine-Teatro

S. Pedro.

No dia seguinte, os espectadores poderão ficar com uma ideia da animação que se faz na Áustria, continuando assim o festival a dar um panorama desta arte nos países da União Europeia. A sessão tem o seu início marcado para as 14h30.

Na quinta-feira, dia 12, após a sessão em que serão exibidos os filmes concorrentes ao prémio Jovem Cineasta, que se inicia às 18 horas, será apresentada uma Mostra de Projectos Portugueses, uma perspectiva do futuro próximo da animação no nosso país.

Sexta-feira, dia 13, haverá oportunidade para assistir a duas retrospectivas. Às 14 horas inicia-se a que dará uma visão sobre o trabalho desenvolvido pelos ateliers da ASIFA - Associação Internacional de Festivais de Animação. Às 15h30 começa a retrospectiva Os Oceanos na Animação, tema que esteve na base da Expo'98.

Esta faceta do festival encerra no sábado, dia 14, com a retrospectiva Animação no Feminino, um olhar sobre a forma (diferente?) de as mulheres abordarem a criação artística. ■

## Exposições

São apenas três. Mostram contudo uma multiplicidade de expressões, sensibilidades. Diferentes formas de arte que "falam" - a quem vê - a língua portuguesa.

Vasco Branco é um veterano (re)conhecido nos meios artísticos. A sua paixão passa pelo cineclubismo, cinema, onde se incluía animação, indo até à pintura e cerâmica. São estas duas últimas facetas deste artista que estarão em exposição na "Livramar", durante este 22.º festival. Uma forma de melhor compreender o conceito estético deste grande senhor.

A "caixa que mudou o mundo" é sempre um ponto de referência para quem quer que seja. E quem não conhece, por exemplo, os actuais publicitários da Singer? É bom saber que esta animação com volumes, de qualidade, saliente-se, é integralmente feita por portugueses e em Portugal. A empresa que concebeu estes filmes e os bonecos expostos neste CINANIMA está sediada em Lisboa e chama-se Megatoon. Uma oportunidade para apreciar, de perto, as maquetas deste longo trabalho.

A mergulhar nas inúmeras técnicas da animação estão, nada mais, nada menos, do que sete estúdios portugueses e um "mar" de realizadores, produtores e animadores. Na concepção de novos projectos portugueses. Todos eles apoiados pelo Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual/ICAM e em fase de produção. Expostos estão desenhos de futuras obras com os mais diversos argumentos e expressão artística. Traços que comunicam em forma de plasticina, placas de gesso, desenho tradicional, areia, computador e novas tecnologias. Um trabalho árduo que, felizmente, os amantes da animação persistem em levar a bom porto. Duas exposições a visitar no hall do Cine-Teatro S. Pedro.

São trabalhos que "falam" bem portuguêses que o CINANIMA 98 tem orgulho em mostrar e dar a conhecer ao grande público, numa visão alargada da arte. A par da imagem em movimento das Sessões Competitivas e Retrospectivas que têm lugar em cada edição.

Em forma de homenagem aos nossos artistas. ■

## Atelier de formação

Iniciou-se no passado dia 2 de Novembro, numa organização da Oficina Permanente de Cinema de Animação deste certame, um Atelier de Formação destinado a jovens estudantes de Belas Artes e orientado pelo francês François Lignier, Fernando Galrito, Isabel Couto e Belmiro Carvalho. O produto final será exibido na Sessão de Entrega de Prémios (sábado, dia 14).

São vinte jovens a trabalhar para um projecto comum. Troca de ideias, experiências, maneiras de pensar e estar. O debate. O consenso e mãos ao trabalho. Aparece o *story-board*. As imagens, primeiro inanimadas, vão ganhando forma, até à concretização da história final, em forma de filme de animação.

Fernando Galrito, formador na Fundação Calouste Gulbenkian, teve os primeiros contactos com a animação logo na primeira edição do festival, através dos ateliers. Estes tiveram "um papel decisivo na minha entrada para a animação, assim como para muita gente".

Na sua opinião, estas realizações em Espinho "abriram horizontes e contactos aos estudantes de então. A convivência com formadores que vieram dos mais variados pontos do mundo teve, também, um papel fundamental no nosso desenvolvimento".

François Lignier tem 28 anos de idade e trabalha, desde 1990, no Folimage, em França, estúdio que recebeu este ano o Cartoon D'Or com a obra, presente nesta edição, "L'Enfant au Grelot". Entrou para o Folimage "como decorador de cenários de filmes em volume, marionetas e plasticina. Entretanto, a minha motivação pelo cinema de animação foi crescendo devido à gente competente, ao profissionalismo existente neste estúdio. Lá convive-se muito, há tempo para conversar e trocar experiências com os diferentes profissionais envolvidos nos projectos. Aprendi no terreno. E agora vou dividindo o meu tempo entre a animação e a formação".

Desde há quatro anos que faz formação, nomeadamente em cursos de férias. Pensava que iriam ser maiores as dificuldades de comunicação com os alunos portugueses "mas, misturando as duas, falando o 'portufrancês', acompanhado da linguagem gestual, tudo se compreende".

No início deste atelier foi apresentado um tema para reflexão. "Depois do confronto de ideias, as coisas mudaram um pouco. Surge agora uma história, mais narrativa, trabalhada por três grupos". Foi uma "discussão" acesa, "entre o grupo que se queria sobrepôr, devido aos conhecimentos que já tinham, e os que estão agora a dar os primeiros passos".

Fez-se um *croquis*, o primeiro *storyboard* apareceu, e o trabalho vai fluindo, com uma animação muito própria de cada formando. A história, essa, é a de "Adão e Eva", sobre a criação do mundo. Um filme feito em desenho animado, com alguma técnica de recorte à mistura, e finalizado em imagem digital. "Interessante neste trabalho é também o facto de se fazer tudo aqui. Desde a concepção à finalização do filme. Isso acaba por



François Lignier

dar aos jovens participantes uma visão global da fabricação, do ritmo dos planos. Este sistema é francamente positivo".

Uma pequena obra, de novos realizadores, a apreciar e - por que não? - aplaudir. E a ver no final desta 22.ª edição do CINANIMA. Para o ano há mais... ■

LAVANDARIA

# 5 à Sec

**A escolha adequada**

Grande sorteio de 5 Toyotas Starlet Promoção válida de 1 de Abril/98 a 31 de Janeiro/99

Seja Cliente **5 à Sec** e ganhe um dos

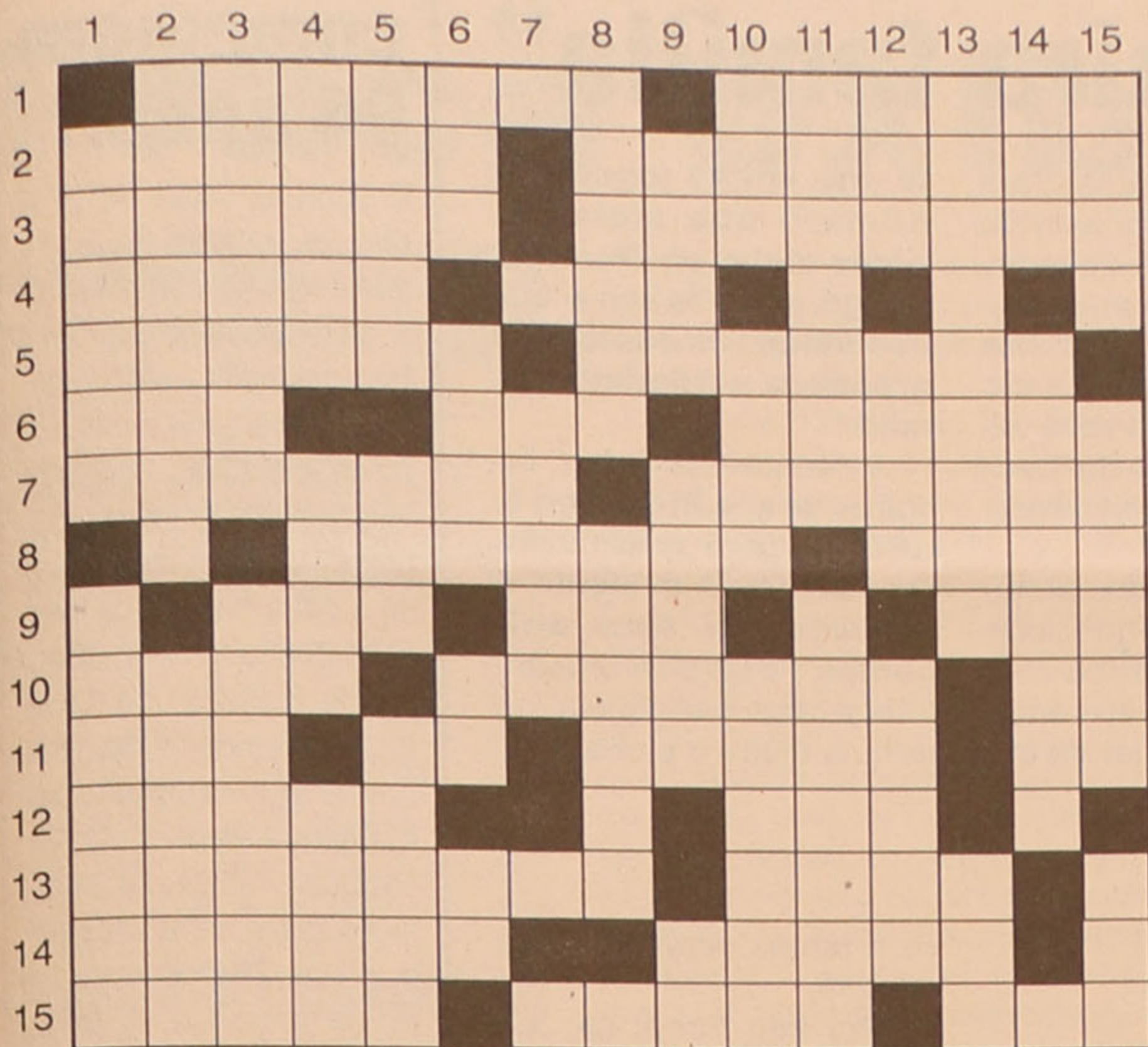
**TOYOTA STARLET**

350esc.	CAMISOLA-PULLOVER-GRAVATA
450esc.	CALÇA-SAIA SIMPLES-CAMISA DE HOMEM
550esc.	CASACO-BLUSÃO-VESTUÁRIO DE CRIANÇA
650esc.	VESTIDO SIMPLES-BLUSA SEDA-KISPO
950esc.	IMPERMEÁVEL-SOBRETUDO-COBERTORES

RUA 18 - N.º 267 - 4500 ESPINHO

# Palavras cruzadas interpretativas

Problema N.º 5



### Horizontais

**1** - Pele de cabra montês. Aquilo que consciência e razão ditam. **2** - Isto serve para brocar. Se quer multiplicar, espalhar, escreva aí. **3** - Este gato é bonito. Estes são instruídos nas coisas divinas, enfim, são iluminados. **4** - Esta camiseta perdeu uma saudável... mas ganhou um porco. Cuidado, pois até o paraíso está ao contrário. **5** - O rei dos animais está encostado a uma palmeira brasileira. Para serem panos de cozinha falta um. **6** - Va lá, escarneça à vontade! Nunca, nanja, nentes, nunca já disse. A rameira é mesmo velha! **7** - É urgente, mas ele meteu-se lá dentro para atrapalhar. Aqui a acusada meteu-se na cintura. **8** - Bem, mas aqui separai. Para ser desumano, falta-lhe um ano. **9** - Para abrilhantar falta-lhe o ar. Ela tanto andou que se meteu dentro de ti. Mas aqui ela fugiu da barra. **10** - Concordo e fica bem. Uf! que grande carraspana. Outra vez? Já disse que não. **11** - Esta já está ao lume. Isso é uma bagatela. Ponha isso direitinho para não sofrer as consequências... Iguamente faça-o a esta para ficar saudável. **12** - Este navio só tem um mastro. Quando tiver oportunidade. **13** - Que grande avarento! Portugal é o nosso. **14** - Que raio de coisa tão pouco vulgar. Gosta de vinho de maçã?. **15** - Ela vai fazer dois soninhos... Este é um hipócrita, um jesuíta. Tão fácil, tão fluido que perdeu o ser.

### Verticais

**1** - Cuidado com este tipo, pois é um garoto. Agora vamos fazer uma busca. **2** - Exactamente, são maquinações. Mas por outro lado, isto é uma fantasia. **3** - Atenção, esta pedra é fundamental. É mesmo prematuro. **4** - Vá lá, descalce esta peúga. Se quer embarcar espere aí. Pode ser feito de arame. **5** - É mesmo outra baralhada. Itinerário principal n.º 1. Escreva aí um tempo determinado. **6** - Há autores que chamam assim à ré. Amigos desta, nem ao longe. A nota descolou do grude. Fique a saber que também lhe chamam sapatoca. **7** - Não faça esforços, pois esta pode dilatar. **8** - Este insecto é tão esquisito que até não tem asas. Já viu um prego de pau?. **9** - Este, come-se todo. Cuidado com o rabinho. Do burro, só a parte de dentro. **10** - Quando transmitir gratuitamente algo alguém, faça-o. São exactamente seiscentos e dois. Primeiro e só depois o tapete. **11** - Para variar uma letra grega. Como este é tão encolhido! **12** - Ena, tanto! Que mulher bela! Falta ela para amparar. **13** - Vejam lá, um mouro com fé. Ele fugiu para não ficar livre. **14** - Dê aí uma ajuda. Que grande bacanal... é um autêntico deboche. **15** - Veja se percebe este dialecto da alta Escócia. Mesmo de pernas para o ar, não deixa de ser bom, assado, ou grelhado. Cuidado com este, principalmente se lhe dão com este nas costas...

### Soluções do problema anterior:

**Horizontais** - **1** - Alcacer. Imbecil. **2** - Sairo. Preguear. **3** - Pudim. Buraça. **4** - Atad. Coser. Abo. **5** - Rodef. Ita. Orion. **6** - Sezão. Último. **7** - Liil. Ota. Fá. **8** - Ut. Batias. Mel. **9** - Prioro. Épico. **10** - Iatria. Alemer. **11** - Nial. Leporino. **12** - AD. Il. Pendor. **13** - Coesão. Auo. Aval. **14** - Arrtmia. Cândido. **15** - Aaacasar. Avia.

**Verticais** - **1** - Aspar. Supinação. **2** - Lautos. Traidor. **3** - Cidades. Ita. Era. **4** - Aridez. Borlista. **5** - Crm. Falaria. Lama. **6** - Eo. Oitoal. Oic. **7** - Boi. Il. Ep. Aa. **8** - Pústula. Apea. **9** - Irreal. Selonuca. **10** - Mear. To. Perdoar. **11** - BGC. OIT. Imio. **12** - EUA. Rma. Cenrada. **13** - Ce. Aio. Moro. Viv. **14** - lambo. Fé. Cadi. **15** - Lr. Onfalite. Loa.

## Palestra organizada pelo Rotary Clube de Espinho

# Casas inteligentes: uma possibilidade real

*O Rotary Club de Espinho promoveu na passada sexta-feira, no PraiaGolfe, uma palestra sob o lema "Casas inteligentes, casas do futuro", no âmbito do mês da avenida dos serviços profissionais.*

**E**sta palestra, inserida numa das reuniões ordinárias deste clube, foi alargada à comunidade espinhense, tendo nela participado além dos membros rotários, alguns arquitectos, engenheiros civis e estudantes de engenharia com interesses específicos nesta matéria.

O convidado para proferir esta palestra foi um dos rotários espinhenses, o eng. Adérito Santos, que começou por referir que estas casas inteligentes "são fruto da engenharia global, a domótica, que mais não é do que a aplicação do termo latim "domus" (casa) à robótica. É a ciência de aplicação e integração dos meios informáticos e tecnológicos de processamento electrónico ao meio doméstico. Uma área que estuda o conforto, a comodidade e a segurança nas nossas habitações, traduzindo

uma maior satisfação para os seus utilizadores".

Este novo conceito de habitação vai criar "casas que não têm dono, na medida em que, são perfeitamente geridas sem ninguém lá dentro, estão programadas de forma a que o seu proprietário deixe de se preocupar com uma série de questões. Estas casas têm um cérebro próprio controlado e programado pelo seu proprietário no momento da concepção".

As casas inteligentes vêm substituir as casas tradicionais surgidas nos anos 80, casas com muitos cabos e tecnologia complexa de controle pouco acessível. Este novo conceito de casa caracteriza-se por conduzir a uma clara diminuição da carga térmica e facilidade de instalação, pois necessita de apenas 2 linhas (fase e neutro), que juntamente com um sistema próprio que as gere (o Instabus) vão activar ou desactivar os vários sensores referentes aos vários serviços. Esta nova tecnologia, apesar de recente, é já caracterizada por uma elevada fiabilidade.

O revolucionário sistema que possibilita todas estas performances é o "Instabus", sistema desenvolvido há já 10 anos, que, juntamente com os outros com-

ponentes electrotécnicos, como os "dimmers" ou os detectores de presença, vão regular toda uma série de possibilidades a explorar. Este sistema possibilita por exemplo: estudar a hora do dia em que a energia é mais barata, aproveitando esse baixo custo para ligar os mais variados electrodomésticos, ou um sistema de segurança que detecte alguma fuga de gás ou água fechando, de imediato, as várias condutas para que se evitem acidentes.

Para aqueles que julgam que estas casas são algo só possível em sonho ou ficção, refira-se que, hoje em dia, já são muitas aquelas situações em que nos deparamos com componentes inteligentes, como por exemplo os sistemas de rega programados para serem activados a dada hora do dia, ou então os candeeiros com detectores de presença que são ligados quando sentem movimentos.

Se estes meios são já uma realidade em alguns grandes edifícios, cuja gestão é altamente complexa e à qual a versatilidade deste sistema se aplica na íntegra, também a possibilidade de o transpor para a habitação do português médio é algo de real, visto a sua aplicação agravar em apenas 15 ou 20 % o preço das casas convencionais. ■

## Orfeão de Espinho brilhou em Fafe

Depois de na semana passada se ter deslocado à Golegã, com assinalável êxito, o Orfeão de Espinho viajou agora até Fafe, onde participou num encontro de coros, juntamente com a colectividade local, Grupo Coral Nun'Álvares, que festejava o seu aniversário, e o Grupo Coral de Gondomar que esteve presente em Espinho aquando da realização, no passado dia 10 de Outubro, no Encontro Nacional de Coros, organizado pelo Orfeão.

Apesar de não poder contar com a presença de alguns dos seus componentes, e muito embora esta iniciativa não tivesse carácter competitivo, a actuação do Orfeão de Espinho foi bastante elogiada, tendo a colectividade sido presenteada com algumas lembranças por parte do grupo anfitrião e também da edilidade.

No próximo sábado, o Orfeão vai estar presente no Centro de Convívio da Junta de Freguesia de Espinho, proporcionando momentos de lazer aos utentes daquele espaço e tendo a oportunidade de retribuir o apoio que tem vindo a receber daquela autarquia. ■

## Magusto no PCP

Aproveitando as condições criadas pelas obras de recuperação feitas no seu centro de trabalho, a comissão concelhia de Espinho do PCP convida todos os seus militantes, simpáticos e amigos a participarem num magusto a realizar no próximo domingo, 8 de Novembro, após a conclusão dos trabalhos do referendo sobre a regionalização.

No bar do centro de trabalho do partido (Rua 8, 333), haverá "comes & bebes" para os que chegarem directamente das mesas de voto, "as célebres castanhas acompanhadas pelo tinto obrigatório" serão entremeadas pelos resultados do referendo. ■

### CASA ALUAI

RELOJOARIA  
ELECTRÓNICA  
BRINDES

TELEM. 0936-451097  
AV. 8, 1435 - ESPINHO

**Baliza** RESTAURANTE  
CHURRASCARIA  
RESIDENCIAL  
A Arte da Boa Cozinha Tradicional

Rua 62 n.º 37 e Rua 8 n.º 471 (Frente à estação da CP) • 4500 ESPINHO • Tel. 02.7340220 - 7340607

### Loja das Miudezas

José Manuel Queirós

Retrosaria - Botões - Lingerie  
Interiores Homem - Collants

Rua 23 N.º 447 - 4500 ESPINHO - Telef. 7314174



Futebol / II Divisão de Honra: Espinho, 1 - Esposende, 1

# Fraca exibição

**SP. ESPINHO** 1  
**ESPOSENDE** 1

ESTÁDIO Comendador Manuel O. Violas, Espinho  
ARBITRO António Marçal (AF Lisboa)

Nuno Sampaio	Vital
Rui Sérgio	Petit
Duca	Pedro Maciel
Pedro Silva	Lila
Tozé / 78'	Telmo Pinto
Gilmar	Tiago Marques / 75'
Artur Jorge	Nuno Sousa / 77'
Márcio Luís	Vale
José Joaquim / 28'	Jó / 62'
Francisco Silva	Alberto
Moura	Alfredo Bóia
<b>Carvalho</b>	<b>Luís Campos</b>
Luís Póvoa	Serrão
Luís / 78'	Márcio / 73'
Rui João / 28'	José C. Barbosa
Pedro	Augustine / 62'
Carlos Pedro	P. Marques / 77'

**CARTÕES amarelos**  
Gilmar (37'), Pedro Silva (65'), Márcio Luís (85'),  
Tiago Marques (16'), Nuno Sousa (27'), Pedro Maciel  
(38'), Petit (53'), Alberto (56' e 72'), Augustine (90')

**cartão vermelho** Alberto (72', acumulação amarelos)

**GOLOS**  
0-1 Telmo Pinto (29'); 1-1 Tozé (59')

O Sp. Espinho cedeu, perante o seu público, um empate ante o Esposende, perdendo excelente oportunidade para chegar ao segundo lugar. Pode a formação espinhense queixar-se do trabalho do

árbitro, o lisboeta e ex-internacional António Marçal, mas não pode esquecer a fraca exibição realizada na primeira parte.

Mesmo não sendo em tempo algum inferiores ao seu adversário, de certa forma os "tigres" deixaram-se embalar na toada de jogo que mais convinha ao Esposende, que se apresentou em Espinho com o propósito de não perder. É verdade que o Espinho, mesmo não jogando bem, disfrutou das melhores oportunidades de golo na fase inicial da partida, mas, na hora do remate, os seus dianteiros não conseguiram atinar com o caminho da baliza. A falta de acerto dos avançados acabou por contagiar a defesa, que, num lance aparentemente inofensivo, foi ultrapassada pela velocidade de Telmo Pinto, um ex-espinhense que procura afirmar-se em Esposende.

Os "tigres" acusaram o toque e por pouco não sofreram novo golo, com Tiago Marques a entrar na área e a rematar ao poste. O Espinho só depois da meia-hora conseguiu reagir ao golpe traiçoeiro do adversário e, ainda antes do intervalo, Artur Jorge, com um remate forte e colocado, obrigou Vital a efectuar a defesa da tarde. O aviso ficou e parecia ser o prenúncio para uma segunda parte bem melhor por parte dos "tigres".

E, de facto, assim foi. De tal forma que, nos seguintes 45 minutos, só houve ataques do Espinho. Aos 58 minutos, Tozé, na direita, cen-

trou tenso e Artur Jorge, na zona do ponta-de-lança, rematou para defesa por instinto de Vital. O golo adivinhava-se e, um minuto depois, após centro de Chico Silva na direita, Tozé igualava a partida.

Sem tempo para respirar, o Esposende passou a usar e abusar de todas as artimanhas para estancar o ritmo ofensivo dos "tigres", recorrendo sucessivamente à falta. E o árbitro fazia de conta que não via... Até que, aos 72 minutos, foi como que obrigado a expulsar Alberto.

Com mais uma unidade, os locais apertaram ainda mais o cerco ao Esposende, que passou a não arredar pé das imediações da sua grande área. Aos 74 minutos, de forma inteligente, Artur Jorge deixou o esférico para Moura, que, isolado, acabou por rematar contra as pernas de Vital. No lado oposto, Nuno Sampaio era mero espectador.

E Vital continuava a sua luta titânica contra os avançados e médios dos "tigres". Aos 89 minutos, atrapalha na pequena área Rui Sérgio, que falha a emenda para o golo, e, aos 96 minutos, conjuntamente com Lila, trava sobre a linha um cabeceamento de Artur Jorge que parecia destinado ao golo.

António Marçal esteve mal no aspecto disciplinar, com prejuízo para o Espinho, que, na segunda parte, reclamou uma grande penalidade por derrube a Pedro Silva na área de rigor do Esposende. ■



Voleibol

## 'Tigres' inabaláveis

O Sporting de Espinho venceu (3-0) com inesperadas facilidades o Esmoriz, que só no primeiro set pareceu capaz de importunar os "tigres", que nem precisaram de se aplicar a fundo para reforçar a liderança na Divisão A1 masculina. No set inicial, o mais longo (32'), o Esmoriz ainda deu a ideia de ser capaz de discutir a vitória do jogo, mas tudo não passou de erro de apreciação dos espectadores presentes no Pavilhão Joaquim Moreira da Costa Júnior. De facto, depois de o primeiro parcial ter sido favorável aos espinhenses, por 15-11, a equipa da Barrinha foi uma sombra de si própria no segundo set, com uma recepção desastrosa que não permitia organizar combinações de ataque. Resultado disso: um concludente 15-1 para os "da casa". No terceiro e derradeiro set, o Espinho esteve sempre muito superior, para depois o Esmoriz recuperar até 10-14, mas a ficar-se por aí, que os "tigres" não deram veleidades para mais.

Pelo Espinho alinharam: Miguel Maia, Sandro Correia, Horst Schöberl, João Brenha, Wagner Silva, Alexandre Afonso e Miguel Soares. ■

Hóquei em patins

## AAE, 4 - Carvalhos, 4

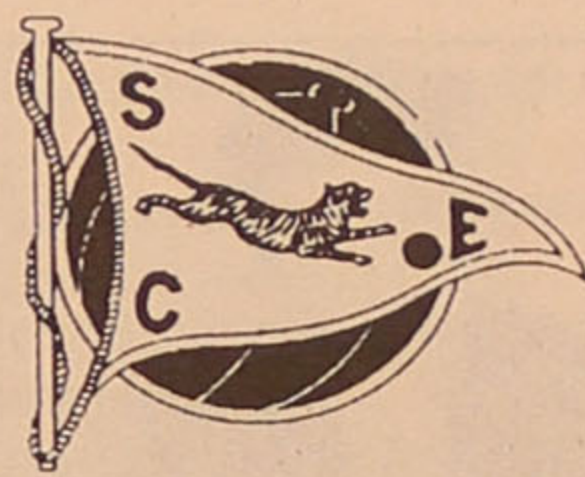
A Académica de Espinho empatou (4-4) na sua deslocação ao recinto do Clube Hóquei dos Carvalhos, cedendo dessa forma o primeiro ponto na presente edição do Campeonato Nacional da 2.ª Divisão. Praticando um hóquei veloz com constantes trocas de bola, os espinhenses rapidamente tomaram as rédeas do jogo, o que lhes permitiu inaugurar o marcador ainda na fase inicial da partida. Seguiu-se uma natural reacção dos locais, que acabaram por chegar à igualdade. Porém, os academistas não se intimidaram e, ainda antes do intervalo, voltaram a marcar.

Na etapa complementar, os gaienses cedo chegaram à igualdade (2-2) e, a partir desse momento, muito por culpa da arbitragem, tudo se complicou para os academistas, que viram Ricardo ser expulso do jogo. O desnorte dos espinhenses foi aproveitado pelos locais, que, num curto espaço de tempo, chegaram ao 4-2. Passado que foi esse período de menor rendimento, e malgrado a arbitragem continuar a prejudicá-los, os academistas voltaram a assumir o comando do jogo e conseguiram chegar à igualdade (4-4). Mesmo ao cair do pano, os "mochos" desperdiçaram soberana oportunidade para chegar à vitória. ■

## Jogos com Santa Clara na Taça de Portugal e no Campeonato da 'Honra'

O sorteio da terceira eliminatória da Taça de Portugal, que terá lugar no próximo dia 1 de Dezembro, ainda sem equipas da primeira divisão, ditou a viagem do Sporting Clube de Espinho aos Açores para defrontar o Santa Clara.

Curiosamente, no dia 22 do mês em curso, os "tigres" deslocam-se áquele arquipélago para defrontar a mesma equipa, em



partida a contar para o Campeonato Nacional da Divisão de Honra. A proximidade das datas fez com que os responsáveis do SCE estejam a equacionar a possibilidade de os dois encontros se realizarem num espaço de dois/três dias, pelo que irão propor, ao clube açoriano e à Federação Portuguesa de Futebol, o adiamento (ajustado) do jogo de 22 de Novembro. ■

## Hóquei de sala: AAE lidera Grupo A

Está a decorrer o Campeonato Nacional de Hóquei, Variante de Sala, em que a equipa da Associação Académica de Espinho está a participar, tendo já disputado cinco jogos e somando igual número de vitórias, o que lhe permite liderar o Grupo A com 15 pontos. Refira-se que, nesse mesmo grupo, encontram-se mais dois favoritos da prova, o Grupo Desportivo do Viso e Ramaldense F.C., que a Académica já venceu, respectivamente, por 6-2 e 6-7. A equipa do Mocho é treinada pelo prof. José Dias Pinha e tem alinhado com os seguintes atletas: Márcio, Hugo Branco, Hugo Gonçalves, José Catarino, Rui Santos, Carlos Barros, Mário Vieira, Paulo Vieira, Pedro Gonçalves, Nelson Costa e Carlos Santos. ■

## Hóquei em patins: um academista campeão europeu de juvenis

António André da Silva Pinto, atleta da Associação Académica de Espinho, sagrou-se, no passado sábado, campeão europeu de hóquei em patins (categoria de juvenis), ao serviço da selecção nacional que obteve aquele título, em prova disputada em La Roche sur Yon e Nantes, na França. ■

### Casa Romeu

FILIFE RODRIGUES VITÓ & FILHOS, LIMITADA

### Oculista Vitó

Qualidade e experiência ao seu dispor

Rua 19 n.º 242  
Rua 12 n.º 576 - 1.º

4500 ESPINHO Portugal  
Tel. / Fax 02.7343056

### A VARINA

Especialidades:

ARROZ de Marisco, Lulas,  
Caldeirada, Bacalhau, Rojões  
e AS FAMOSAS PAPAS de SARRABULHO

### SERVIMOS PARA FORA

Rua 2 n.º 1269 - ESPINHO  
Tel. (02)7344630

Cabeleireiro  
de Homens

### ALBERTO FERREIRA

Rua 27 n.º 334 - 4500 ESPINHO  
(a 50 mts. dos B.V. de Espinho)  
- MARCAÇÕES PELO TELEF. 7312113 -

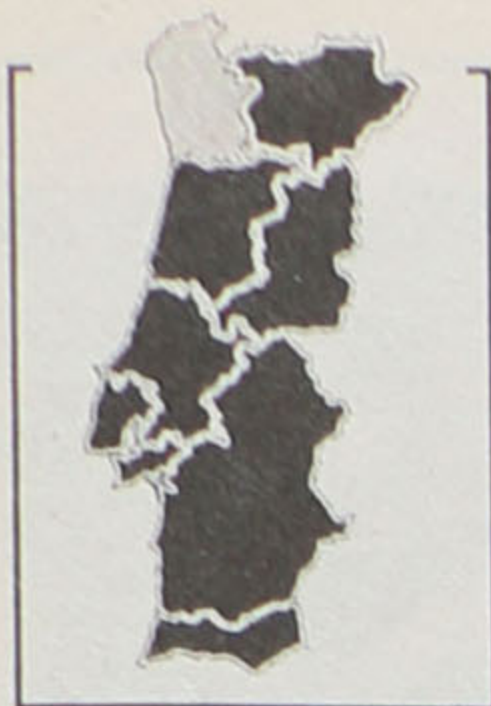
CONGELADOS

### A ILHA

Rua 18 n.º 643 - Telef. 7313427 - Espinho

### NOVA GERÊNCIA

- ★ PRODUTOS CONGELADOS ★
- ★ MARISCOS ★ BACALHAU (NORUEGA) ★
- ★ SECÇÃO DE CHARCUTARIA ★


**REFERENDO  
SORE A REGIONALIZAÇÃO**

Nos últimos dias realizaram-se quatro iniciativas relacionadas com o referendo. Duas sessões de esclarecimento, patrocinadas por PSD e CDS-PP, que contaram com as presenças, respectivamente, de Durão Barroso e Paulo Portas, e dois debates organizados por duas estações de rádio, RGA e TSF. Com tantas iniciativas a decorrerem um pouco por todo o país e com a cobertura dada pelos meios de comunicação social, os argumentos de um e outro lados estão praticamente esgotados e as repetições são inevitáveis.

**PSD - SESSÃO DE ESCLARECIMENTO COM DURÃO BARROSO**

## Pragmática política

A secção de Espinho do PSD promoveu, na quarta-feira da semana passada, uma sessão de esclarecimento que teve como figura central Durão Barroso, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-candidato à liderança daquele partido, actualmente deputado da Assembleia da República. Foram muitos os que se deslocaram ao salão dos Bombeiros Voluntários de Espinho para ouvirem os seus argumentos a favor do 'não'.

Antes, Luís Montenegro, presidente da Comissão Política Concelhia, proferiu algumas palavras, considerando que "o PSD tem obrigação de esclarecer a sua posição". Afirmando que o PSD/Espinho, quando apresentou na Assembleia Municipal a proposta para que o concelho viesse a integrar a futura região de Entre Douro e Minho, "já estava contra a regionalização", lembrou que, até agora, "só o Partido Socialista não promoveu qualquer debate sobre o tema".

Durão Barroso iniciou a sua intervenção admitindo não ser "especialista nesta questão". Afirmando não ser "nem regionalista nem anti-regionalista", o deputado considerou que o próximo referendo "é mais importante do que muitas eleições".

Abordou a questão da regionalização dividindo a sua intervenção por três assuntos, aqueles que os regionalistas defendem serão os problemas que esta reforma irá resolver: correcção das assimetrias, racionalização da administração e aumento da participação política dos cidadãos.

Em relação ao primeiro, considerou que a criação de regiões administrativas, tal como estão definidas no mapa, iria agravar as assimetrias já existentes entre regiões ricas e regiões pobres, uma vez que "o poder reivindicativo de cada uma ficará dependente do seu peso demográfico e económico". Ainda em relação ao mapa, Durão Barroso considerou de muita importância a delimitação geográfica das regiões, que classificou como "uma questão de identidade". Criticando o facto de "o mapa ter sido negociado em Lisboa", revelou que a maioria dos especialistas se opõe a esta escolha. Um efeito positivo da regionalização seria a maior visibilidade das regiões, representadas por políticos eleitos.

Entrando no segundo assunto, racionalização da administração, Durão Barroso é de opinião que "a criação de um poder intermédio introduz problemas no relacionamento entre poder local e poder central". Segundo o orador, os ví-

cios da administração pública vão repetir-se nos órgãos regionais. De resto, considera que "a lógica da administração moderna vai no sentido de suprimir níveis", dando o exemplo dos Estados Unidos. Na falta de dados concretos, socorreu-se do senso comum, que lhe diz que, "atendendo à tradição despesista da administração, a burocracia aumenta despesas". Concluiu com a afirmação de que "ninguém em Portugal, incluindo o PSD, conseguiu resolver o problema da administração pública".

Quanto ao terceiro assunto, aumento da participação política dos cidadãos, considerou que, nas regiões previstas no mapa, "não há base de sustentação para a legitimidade política. Não há sentimento de comunidade política". No seu entender, esta reforma traz o perigo da "exploração de tendências bairristas e do populismo". Regionalizar será "abrir a caixa de Pandora".

Acabada a sua exposição, alguns dos assistentes colocaram algumas questões, o que deu a oportunidade de abordar outros assuntos e aprofundar algumas das ideias já expressas. Assim, Durão Barroso justificou a mudança de posição do PSD com "o desenvolvimento do país conseguido pelos governos de Cavaco Silva". A regionalização "distrairia a comunidade política nacional daquilo que é mais importante, atendendo ao contexto internacional" e "traria empobrecimento cultural da classe política". O PSD não deve declarar-se anti-regionalista por "razões de pragmática política, para não alienar os regionalistas que não acreditam nesta regionalização". A abstenção penaliza o 'não'. A divisão do mapa em cinco regiões "faria mais sentido". A alternativa deverá ser a "descentralização gradual", tal como consta das propostas apresentadas, "tardiamente", pelo PSD, e deverá ser concretizada, ao contrário do que aconteceu após o referendo sobre o aborto, em que "nada se fez, a situação estava mal e continua na mesma". A regionalização "está desenhada para os PMP's - pequenos

e médios políticos".

Algo dissonantes do espírito desta sessão foram, por um lado a afirmação de Durão Barroso de que "é preciso ter a honestidade intelectual para reconhecer que a regionalização pode trazer alguns benefícios" e, por outro, a questão colocada por um assistente, "mili-

tante desde 1976", que confessou a sua perplexidade perante o facto de "o PSD ter andado a defender a regionalização durante vinte anos" e por ter, na noite anterior, assistido à intervenção pública de outro ex-ministro do PSD, Miguel Cadilhe, acérrimo defensor da regionalização. ■

**FORUM DN/TSF COM MÁRIO DE ALMEIDA E LUDGERO MARQUES**

## Em directo

A TSF escolheu o salão da Assembleia Municipal de Espinho para transmitir o seu programa dedicado à regionalização, concretamente à Região de Entre Douro e Minho. Participaram neste debate, na manhã da passada quinta-feira, Mário de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde e da Associação Nacional de Municípios, em defesa do 'sim', e Ludgero Marques, presidente da Associação Industrial Portuense, pelo lado do 'não'.

Para além dos oradores principais, cada lado tinha ainda mais três representantes. José Mota, presidente da Câmara Municipal de Espinho, Carlos Abreu Amorim, militante do PP e membro do movimento Minho pela Regionalização, e Américo Mendes, do movimento Portugal Plural, pelo 'sim', Montalvão Machado, vice-presidente da Distrital do Porto do PSD, Dio-

para o esclarecimento dos eleitores. Mário de Almeida responsabilizou os anti-regionalistas pelo deficiente esclarecimento e confessou-se "surpreendido por Ludgero Marques defender o 'não'". Considerando que "todos os números sustentam a regionalização", afirmou que os argumentos do 'não' são "facilmente desmontáveis" e que a posição dos que se opõem a

mos "regionalização ou estado actual da administração, despesista e atrasada".

O defensor do 'não', Diogo Feyo, afirmou-se regionalista, defendendo um modelo diferente. Considerou, também, que o 'sim' apresentava "argumentos abstractos".

Na sua primeira intervenção, José Mota lembrou que "já todos foram a favor da regionalização", interrogando-se "porque não apresentaram alternativa".

Montalvão Machado considerou que o mapa de oito regiões "não tem lógica e não é baseado em estudos".

Américo Mendes ressaltou o facto de o mapa "ser o resultado das consultas às assembleias municipais" e de a regionalização "ir criar uma sociedade mais democrática".

Por seu lado, Policarpo Gonçalves considerou Portugal como "uma nação identificada com o Estado" e que o modelo proposto "é ultrapassado e não vai resolver os problemas da administração pública".

Mário de Almeida considerou os argumentos pelo 'não' como "curiosos, um novo modelo de desenvolvimento que não se sabe qual é". De seguida, rebateu a ideia de que a regionalização vai aumentar os custos e que as competências não estão definidas, socorrendo-se da Lei-Quadro.

Para Ludgero Marques, "o mapa foi muito mal escolhido". A alternativa seria "metropolizar o país, sem atribuições políticas". Revelou que "os argumentos em



Mário de Almeida e Ludgero Marques em campos opostos

go Feyo, militante do PP e membro do movimento Assim Não, e Policarpo Gonçalves, do movimento Nação Unida, pelo 'não'.

O programa começou com a revelação de uma sondagem que dá "um empate técnico" na região de Entre Douro e Minho.

Iniciado o debate, Ludgero Marques considerou que há falta de esclarecimento sobre este assunto, que deveria ter começado a ser discutido há mais tempo. Na sua opinião, as inúmeras sessões em debates que têm vindo a acontecer pecam pela "excessiva politização das questões", não contribuindo

esta reforma é "conjuntural".

Ludgero Marques, afirmando-se "nortenho", defendeu o conceito das "regiões das massas críticas". Quanto ao modelo em referendo, considerou que "a regionalização está assente numa situação movediça" e que utiliza "métodos antiquados".

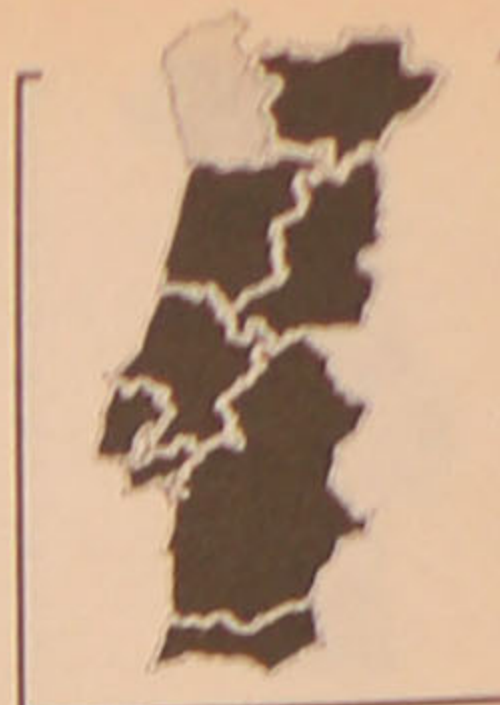
Carlos Abreu Amorim devolveu o argumento, afirmando que "temos a administração mais anti-quada do mundo civilizado". Considerando que as intervenções públicas de Ludgero Marques enquanto presidente da AIP são "regionalistas", colocou a questão nos ter-

privado são diferentes dos argumentos em público", sem, no entanto, concretizar essa distinção.

José Mota teve nova intervenção em que realçou o facto de os órgãos regionais serem eleitos. Quanto à questão dos estudos, afirmou que "andamos a estudar a regionalização há vinte anos, algum dia havemos de nos licenciar".

Ludgero Marques considera que, antes de emprender qualquer reforma, "é preciso preparar o país e diminuir o número de funcionários" e que "a regionalização tem que reunir um grande consenso, sem objectivos políticos". ■





REFERENDO  
SORE A REGIONALIZAÇÃO

## Argumentos finais

A RGA - Rádio Globo Azul levou a efeito, na passada sexta-feira, um debate sobre regionalização que contou com a presença de representantes dos quatro maiores partidos e de um movimento a favor do 'não'. Faltou à chamada o representante do movimento a favor do 'sim'.

O primeiro tema a ser abordado foi a questão da inclusão de Espinho na Região de Entre Douro e Minho, que se revelou consensual. De seguida, falou-se da questão da abstenção. Carlos Gaio (PS), classificou as projecções das sondagens como "preocupantes, ficará em causa uma forma de participação democrática directa". As causas estarão em "inverdades e argumentos que põem em causa a democracia" apresentados pelos partidários do 'não'.

Para Pedro Nélson de Sousa (PSD), os números podem ser explicados pelos factos de "o referendo ser uma forma nova de participação", "a democracia só existir há vinte anos" e "o esclarecimento ser deficiente".

Jorge Carvalho (PCP) considera que uma alta abstenção será "o descrédito da figura do referendo", mostrando-se contrário ao recurso a esta forma "para decidir em matéria técnico-administrativa".

José Vieira (CDS-PP) considera que "o referendo é útil" e que "mais tempo para debater baixaria a abstenção".

Rui Moreira (Nação Unida) acha que "a culpa da abstenção não é do povo".

Questionados sobre as principais razões das suas opções, Carlos Gaio considerou a regionalização como "uma reforma importante", dado "o vazio entre administração central e local", o que provoca "ausência de planeamento e de coordenação".

Pedro Nélson de Sousa afirmou-se anti-regionalista e definiu esta reforma como política. No seu entender, a regionalização trará "mais burocracia" e "o nível político irá baixar". Lançou os argumentos das capitais e das indefinições de competências.

Jorge Carvalho só compreende que sejam contra a regionalização "os menores de 25 anos e a extrema-direita, uns por não terem vivido os tempos da ditadura e os outros por serem contra as eleições democráticas". Em favor do 'sim', aduziu o exemplo da criação dos municípios.

José Vieira considera que a regionalização vai "cortar as pernas ao poder local".

Rui Moreira baseia a sua escolha "na sensibilidade e em números". A questão seguinte foi a das competências das regiões.

Carlos Gaio considera que "referendar o edifício construído não faz sentido". A delimitação de competências decorrerá "do processo legislativo normal, tal como aconteceu com os municípios".

Pedro Nélson de Sousa considerou haver, quanto a esta matéria, muitas indefinições, referiu, mais uma vez, a questão das capitais regionais e classificou o mapa com "um negócio entre PS e PCP".

Jorge Carvalho lembrou que "as regiões têm as competências que o PSD lhes quis dar na Lei-Quadro", classificando-as como "obviamente genéricas".

José Vieira considera que a "reforma do século merece um aprofundamento da lei", nesta matéria.

Rui Moreira acha que regionalizar é "passar um cheque em branco". Passou-se ao tratamento das questões financeiras.

Carlos Gaio defendeu a tese de que os custos adicionais se resumirão ao "da instalação dos novos órgãos regionais".

Pedro Nélson de Sousa considera que "mais políticos implicam, fatalmente, mais despesa". Também haverá custos com as transferências de funcionários, o que, nalguns casos, "vai ser completamente impossível".

Jorge Carvalho afirma que "a regionalização paga-se a si mesma, vai gerar riqueza".

José Vieira não acredita "em nenhum dos números", mas considera que "a despesa pública vai aumentar".

Em jeito de argumentos finais, Carlos Gaio colocou a questão "qual será o custo de não se fazer a regionalização?", considerando esta reforma como "um reforço da cidadania". Pedro Nélson de Sousa chamou a atenção para "a pressão sobre o orçamento na actual conjuntura internacional". Jorge Carvalho considera que "o referendo é um erro" e que "regionalização é riqueza e sinónimo de democratização". José Vieira coloca "o reforço do municipalismo" como alternativa e considera que "há reformas mais importantes para o país".

## Dividir e multiplicar

O líder do CDS-PP, Paulo Portas, esteve em Espinho, na noite da passada segunda-feira. A acompanhá-lo estiveram as estações de televisão, rádios e jornais nacionais, naquela que foi a mais mediática de todas as iniciativas sobre o próximo referendo no nosso concelho.



"Regionalização não é uma querela entre direita e esquerda"

O salão dos Bombeiros Voluntários Espinhenses estava bem composto, notando-se a presença de elementos do PSD local, facto assinalado pelo líder concelhio do PP, José Vieira.

Numa intervenção relativamente curta, Paulo Portas abordou as já conhecidas objecções do seu partido à regionalização.

Começou por apelar ao voto, considerando que cada abstenção é um voto no 'sim'. Referindo-se à tão falada falta de esclarecimento, Portas afirmou que "se a regionalização fosse virtuosa, o país inteiro estava esclarecido", referindo igualmente a falta de definição a propósito de custos e competências.

Considerando que a regionalização "não é uma querela entre direita e esquerda", o líder do PP citou nomes de várias figuras ligadas ao Partido Socialista que estão contra esta reforma.

Desenvolvendo as razões da sua posição, Portas afirmou que "a regionalização divide o que é bom e multiplica o que é mau".

Quanto às divisões, e para o presidente do PP, "Portugal é o Estado-Nação perfeito". Ainda neste espírito, comparou as comunidades autónomas espanholas com as possíveis regiões administrativas portuguesas e considerou que "Portugal não tem território para ser regionalizado".

Na questão da integração europeia, o seu lema é "Portugal unido cá dentro será forte na Europa". Portugal que é um país "com vocação universal" e que foi "um dos

maiores impérios coloniais".

A divisão proposta pelo mapa a referendo "rompe com a coesão nacional" e vai causar que as regiões do interior fiquem "entregues a si próprias e na dependência das autonomias espanholas". Além disso, o mapa é "geneticamente conflitual".

O carácter político desta reforma é, para Paulo Portas, o motivo para a existência do referendo, já que a descentralização da administração reúne "um vasto consenso".

A regionalização vai provocar, nas palavras de Portas, que "o Estado se divida em oito regiões", o que o faz colocar a questão "por que não a criação de partidos regionais?".

Em jeito de resumo, Portas considera que o todo o processo foi conduzido "com amadorismo e incompetência técnica".

As multiplicações ocorrerão na despesa, fundamentalmente atra-

vés "da capacidade ilimitada de endividamento das regiões", na burocracia e na carga fiscal. Para Paulo Portas, é necessário que o Estado "aprenda a gastar melhor", que haja "uma descentralização de poder" e "os custos da regionalização são mais evidentes de que os benefícios".

O líder do PP explicou, depois, o seu conceito de "tachos", que definiu como "cargos políticos desnecessários". Segundo Portas, "o país não precisa de mais políticos, precisa de melhores políticos".

Como solução para os reconhecidos problemas de funcionamento da administração pública, Paulo Portas assumiu "o compromisso da descentralização gradual a favor dos municípios", com medidas que promovam o associativismo municipal e a privatização de alguns dos serviços prestados pelo Estado, "na aplicação do princípio da subsidiariedade".

## Nova sede do PP-Espinho inaugurada por Paulo Portas

A comissão política concelhia do CDS-PP aproveitou a visita de Paulo Portas para inaugurar a sua nova sede, sita na Rua 43, n.º 474. Na ocasião, José Vieira congratulou-se com a presença do presidente do partido e considerou que o novo espaço será "uma base de desenvolvimento para o PP, num concelho tradicionalmente difícil para o partido".

Por seu lado, Paulo Portas manifestou o desejo de que "a sede seja um local de trabalho em prol da comunidade e também de debate interno", num distrito que regista "uma fortíssima implantação do PP".

Francisco de Oliveira

**SOLICITADOR**

ESC.: Rua 19 n.º 405 - 2.º C  
Tel. 7320680  
RES.: Rua Padre Sá n.º 201  
Paramos - Espinho  
Tel. 7345190

**MAMOGRAFIA**

Nelson de Oliveira  
Policlínica de Espinho  
R. 33 n.º 408 - ESPINHO  
MARCAÇÃO DE EXAMES

**7330606**

**Fonseca**

TECIDOS  
MODAS

Rua 19 n.º 275 - Tel. 7340413  
ESPINHO



**RELÂMPAGO AUTOMÓVEIS LDA.**

NOVOS E USADOS

Gerência de António Santos

Rua 19, 1910 a 1920 - Espinho  
Tel./Fax (02)7320883 - Telemóvel 0936 702589

Bom Café... é  
da

**Casa Alves Ribeiro**

Rua 19, 294 - Espinho  
tem fábrica própria



**REFERENDO  
SORE A REGIONALIZAÇÃO**



**FERREIRA DE CAMPOS**

Vogal (PSD)  
da Assembleia Municipal de Espinho

1 - Não. As minhas razões não serão certamente "originais", pois o debate sobre esta questão não é de agora, antes tem já vários anos, embora se tenha ultimamente intensificado e mais se intensifique à medida que se aproxima o referendo do próximo dia 8 de Novembro.

A minha discordância assenta essencialmente nas seguintes razões: a) Portugal é um país pequeno, sem tradições "regionalistas", as acessibilidades são cada vez melhores e a facilidade de "comunicação" (trânsito de pessoas e troca de ideias) encurta cada vez mais as distâncias. A regionalização é, deste ponto de vista, absolutamente desnecessária.

b) A chamada "Regionalização" nunca foi uma verdadeira aspiração nacional ou local. Os políticos é que estão a procurar dar-lhe impulso e importância. Verdadeiramente, ela nunca foi, e porque na verdade nunca existiu um genuíno movimento "da periferia para o centro", ou "contra o centro", ou "de baixo para cima". No meio em que me movimento só conheço um sentimento: é o do "Norte contra o Sul"... mas isso nada tem a ver com Regionalização.

c) O que há a fazer é "descentralizar" cada vez mais a administração pública e desconcentrar cada vez mais os serviços. O que se passou a seu tempo com a emissão de passaportes ou o que se pode passar

**PERGUNTAS E RESPOSTAS**

**1. Concorda com a criação de regiões administrativas?**

**2. Concorda com a inclusão de Espinho na Região de Entre Douro e Minho?**

com a emissão de certificados de admissibilidade das firmas ou denominações sociais, ou a descentralização de algumas Repartições de Finanças são bons exemplos.

d) A transferência de mais competências e de mais meios financeiros para as autarquias já existentes e a associação destas em grandes projectos comuns substitui com vantagem a criação de mais uma estrutura administrativa que seriam as Regiões.

e) E depois, e decisivamente, eu não acredito minimamente no principal argumento dos regionalistas: é que estou firmemente convencido que a criação das Regiões não acabaria com as desigualdades regionais ou com os desordenamentos e desequilíbrios económicos, sociais ou demográficos. Alguém acredita que, por exemplo, com a criação das Regiões, a eventual Região de Entre Douro e Minho consentiria que uma qualquer outra região menos desenvolvida viesse a reivindicar e a receber receitas superiormente desproporcionadas aos impostos que cobra e à riqueza que produz? Ora, do meu ponto de vista, só um poder central justo e forte, legitimado democraticamente pelo voto popular, terá legitimidade e força para proceder a tais transferências das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas.

2 - Sim. Somos um concelho periférico quer em relação a Aveiro ou Coimbra, quer em relação ao Porto. Mas, de qualquer modo, estamos mais próximos do Porto, que seria, sem sombra de dúvida, a capital e o centro de tal Região.

E não vejo que os problemas de desenvolvimento que Espinho tem para resolver fossem melhor resolvidos se nos ligássemos a outra qualquer região diferente da eventual Região de Entre Douro e Minho. E Espinho já pertence, e com vantagem, à chamada Área Metropolitana do Porto... embora na sua periferia. ■



**NUNES CARNEIRO**

Editor

1 - Não. Porque, do meu ponto de vista, se se pretende promover a resolução dos problemas das populações e o desenvolvimento global das diversas regiões, aprofundar a democracia e aproximar os eleitores dos eleitos e corrigir a ineficácia do Estado e da administração central, não é necessário criar mais um patamar no processo de decisão nem criar órgãos intermédios. O que é realmente importante é reforçar os órgãos que estão na base de tudo: os órgãos do poder local. Muito mais do que criar órgãos de poder regionais, é fundamental atribuir mais competências e mais meios (designadamente financeiros) às Autarquias Locais. VEJAMOS, PRIMEIRO, a questão da resolução dos problemas das populações e do desenvolvimento global das diversas regiões. Os órgãos de poder local podem (diria mesmo, devem) ser os principais agentes da resolução dos problemas locais. E, se existirem problemas de índole regional, podem os municípios associar-se em função de casos concretos que digam respeito a mais do que um concelho. Por exemplo, Espinho participa há anos de uma solução deste género: a Lipor. Pergunto: para que o problema da recolha e tratamento do lixo da área do Grande Porto fosse resolvido, foi necessário algum órgão regional? Não. Bastou que os municípios envolvidos compreendessem os benefícios da cooperação inter-municipal. Em (quase) todos os casos poderá ser assim: livre e espontânea associação em torno da resolução de problemas que afectem mais do que um município. O desenvolvimento local e regional passa por decisões globais do Governo central. E passa, no plano concre-

to do dia-a-dia, pelas decisões e acções dos órgãos do poder local. Tomem-se, a nível central, as decisões globais e dotem-se as autarquias dos meios de execução necessários e os problemas serão resolvidos. VEJAMOS, EM SEGUNDO LUGAR, a questão do aprofundamento da democracia e da aproximação de eleitos e eleitores. Quem é que está mais próximo do cidadão, quem é que pode ser interpelado directamente? Claro que são os autarcas. Eles vivem, diariamente, os problemas dos seus munícipes, conhecem as soluções e podem concretizá-las. Assim, a ligação dos cidadãos aos responsáveis políticos locais tenderá a reforçar-se (ou a alterar-se em caso de incumprimento de promessas).

FINALMENTE, a questão da melhoria da acção do Estado e da Administração Central. Muitos são os que dizem que o Estado funciona mal, que há vários organismos a tratar do mesmo assunto obrigando a que a resolução de um único problema leve os responsáveis à consulta de sete ou oito entidades. Pergunto: que benefício existirá nesta área com a regionalização e que não possa ser alcançado através de uma profunda reforma administrativa?

Reforme-se a Administração Pública e os seus métodos e formas de actuação mas não se invente uma regionalização (só) para camuflar a incapacidade de sucessivos Governos em promover esta reforma essencial.

Há que promover um melhor Estado e não mais Estado.

2 - Sim. Aqui, a questão que se coloca aos espinhenses é de índole meramente prática. Desejo (desejamos?) que não seja aprovada a regionalização. Contudo, essa é ainda uma possibilidade que só vai ser decidida em 8 de Novembro. Nesse caso, qual seria a melhor situação?

Os factores que aconselham a ligação ao Porto e à região de Entre o Douro e Minho são inúmeros como, aliás, prova a nossa integração na Área Metropolitana do Porto.

Assim, por precaução, penso que, como espinhenses, devemos reforçar, claramente, esta opção. Não podemos correr o risco de, sendo aprovada a regionalização, por absurdo, o nosso concelho ser integrado noutra região. ■

**AS PERGUNTAS DO REFERENDO**

O referendo é regulado por lei orgânica específica e integra duas perguntas. Ao cidadão eleitor cabe optar pelo sim ou pelo não, em cada uma delas, assinalando (x) no quadro respectivo.

1. Concorda com a instituição em concreto das Regiões Administrativas?

Sim  Não

2. Concorda com a instituição em concreto da Região Administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?

Sim  Não

"MARÉ VIVA" N.º 1063 - 5.11.98

**CARTÓRIO NOTARIAL DE ESPINHO**

NOTÁRIO: DR. DOMINGOS ANTÓNIO DE SOUSA FERREIRA

**Justificação**

CERTIFICO narrativamente, para efeitos de publicação, que, neste Cartório Notarial e no livro de notas para escrituras diversas n.º 162-B, de folhas, 140 a folhas 141, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada em 22/10/98, na qual SEMIÃO GOMES PINTO, e mulher, ROSA MARQUES DA ROCHA, casados em comunhão geral, naturais da freguesia de Paramos, Espinho, onde residem na rua da Estrada, n.º 613 se declaram donos, com exclusão de outrém, dos prédios a seguir identificados, por os possuírem há mais de 20 anos, pacífica, contínua e publicamente pelo que adquiriram esses prédios por usucapião.

**PRÉDIO**

a) Prédio urbano destinado a indústria e escritório, com as áreas coberta de trezentos e setenta e um metros quadrados e descoberta de setecentos e trinta e dois metros quadrados, sito na Avenida Central Norte, n.º 471, da dita freguesia de Paramos, inscrito na matriz em nome do justificante, sob o artigo 661, com o valor tributável de 84.155\$00, e a que atribuem o valor de DUZENTOS CONTOS; e

b) Prédio urbano destinado a indústria e armazém, com a área coberta de quinhentos e dez metros quadrados e descoberta de mil cento e vinte metros quadrados, sito na mesma Avenida Central Norte, n.º 471, inscrito na matriz em nome do justificante, sob o artigo 656, com o valor tributável de 299.221\$00, e a que atribuem o valor de TREZENTOS CONTOS.

Está conforme o original.  
Espinho, Cartório Notarial, 22 de Outubro de 1998

A Ajudante do Cartório  
Assinatura ilegível



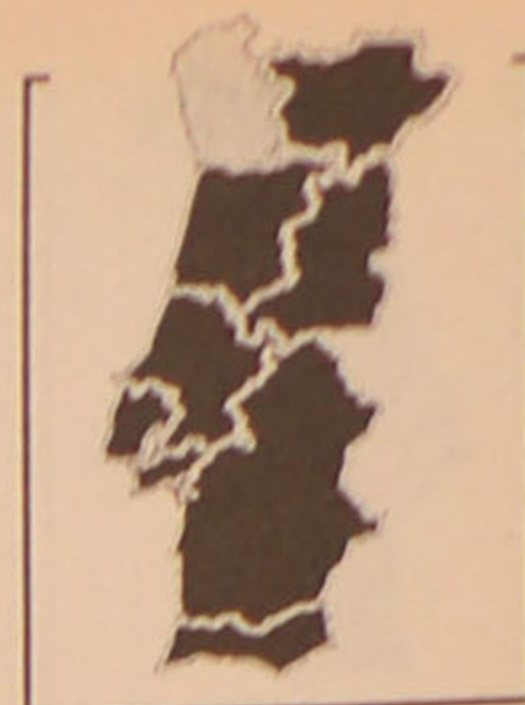
**JOSÉ LUÍS PERALTA**

Vogal (PS)  
da Assembleia Municipal de Espinho



**CORREIA DE ARAÚJO**

Vogal da Assembleia Municipal de Espinho,  
eleito como Independente nas listas do PS



**REFERENDO  
SORE A REGIONALIZAÇÃO**

que não passam necessariamente pela regionalização do país.

2 - Quem, inequívoca e intrinsecamente, é contrário à criação das Regiões, não pode concordar com qualquer região em concreto e, por arastamento, discordará também da inclusão de Espinho em alguma delas.

No entanto, tive oportunidade de me pronunciar sobre esta matéria quando, no mandato anterior, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a integração de Espinho na Região de Entre Douro e Minho e penso que bem, uma vez que mesmo sem prévia auscultação pública não tenho dúvidas em afirmar que a Assembleia Municipal foi de encontro ao desejo generalizado dos Espinhenses. Realço contudo que esta posição teve em vista única e exclusivamente acautelar ou ressaltar os interesses de Espinho face à sua peculiar condição de Município-Fronteira e isto, naturalmente, se o processo de regionalização se viesse a consumir. E por isso concluo que daqui não resulta, pelo menos no que me diz respeito, qualquer comprometimento tácito com a Regionalização. ■

Muitas reservas quanto às competências e capacidade financeira das regiões que eventualmente venham a ser criadas.

Dúvidas quanto à capital ou sede da futura (?) região. Cada capital constituir-se-á num novo pólo centralista. Como alternativa, as sedes itinerantes ou rotativas redundariam em descontrolo e dispersão de meios, recursos, serviços e competências e a conseqüente ineficácia, desordenação e desagregação de todo o sistema. Reservas quanto ao futuro, pois quem hoje defende a criação de um poder intermédio entre o Município e o Poder Central amanhã pedirá um outro patamar intermédio, desta feita entre o Município e a Região ou entre esta e o Poder Central.

**EM CONCLUSÃO:**

É necessária e urgente uma profunda reforma do Estado, apoiada num novo modelo de descentralização e, fundamentalmente, de desconcentração de poderes, conceitos estes

- 1 - Não, porque:  
a) É inadequada.  
b) É inoportuna.  
c) É incerta e, por isso, perigosa.

a) **INADEQUADA**  
Portugal é um Estado-Nação perfeito como o comprovam os seus mais de oito séculos de história. Não há crispções ou clivagens de qualquer espécie, sejam elas de natureza religiosa, social, étnica, racial, cultural ou linguística (mesmo com o mirandês como língua oficial).

b) **INOPORTUNA**  
A crise económica e financeira nos mercados da Rússia, Ásia e América do Sul com inevitáveis repercussões nas economias ocidentais, a adesão ao "EURO" e a proximidade da "AGENDA 2000" levam-me a concluir ser este o momento menos indicado ou menos propício para se avançar com aquela que seria, no dizer de alguns, a Reforma Administrativa do Século.

c) **INCERTA E, POR ISSO, PERIGOSA**  
Desde logo a dúvida ou contingência de não se saber se esta regionalização vai ser uma reforma administrativa "tout court" ou, para além disso, vai-se constituir numa verdadeira reforma político-administrativa. Indefinição quanto aos seus custos: serão 11,8 milhões, 16 milhões ou 2.500 milhões? Muito menos se fez um estudo sério que permitisse avaliar os custos/benefícios desta regionalização (o povo alemão ainda hoje paga uma elevada factura - e continuará a pagar por muitos mais anos - porque ninguém atendeu aos custos da tão desejada reunificação). Incerteza quanto ao próprio molde e mapa das regiões (Dúvidas bem recentes de alguns altos dirigentes com responsabilidades nesta matéria e defensores da regionalização).

1 - Um olhar distraído pela geografia física e humana de Portugal mostra a existência clara de regiões delimitadas por fronteiras de terras de ninguém esquecidas pelos diferentes poderes que tentam jogar as suas influências. O Algarve e Trás-os-Montes são, por razões opostas, exemplos paradigmáticos.

Creio que a criação de regiões administrativas com estatuto de autarquia local supramunicipal representando um nível de poder vocacionado para a gestão e planeamento de infraestruturas e objectivos de desenvolvimento regional permitiria claramente diminuir, na medida em que estão mais próximos dos interesses dos cidadãos, esses espaços de ninguém e as assimetrias locais. Do ponto de vista democrático, ficariam plenamente legitimadas pelo valor do sufrágio a que se submetem e libertadas do jugo (ou suspeição) de uma nomeação tutelar.

Espinho é um claro exemplo desse jogo de poderes mal divididos. Militar e religiosamente chefiados no Porto, com representante do estado em Aveiro, dependemos da justiça ora do Porto, ora da Feira, que nos superentende ainda nas questões de educação para, nas coisas do mar, pescarmos na capitania de Leixões e na saúde e na doença nos dividirmos entre Gaia, Porto e Aveiro, e nos reformarmos em Aveiro ou até Coimbra.

O Plano Director Municipal de Espinho, claramente com uma orientação definida no sentido de preservar a qualidade de vida, restringindo a densidade populacional, limitando a construção em altura e de grandes aglomerados e ainda a eleição de indústrias limpas, surge como uma ilha, encravada a Norte e a Sul por uma construção desordenada de que Espinho pagará a factura que nunca avalizou. É assim claro que urge ordenar o território. Ordenar território é regionalizar concentrando poderes nos órgãos de uma região administrativa que, de forma estratégica e concertada, gira as questões estruturantes da região.

Por isso é falso que a regionalização divida o país, pelo contrário, vai uni-lo mais, uniformizando os centros de decisão, num nível inferior ao do governo da Nação. Do mesmo modo que as freguesias não dividem os municípios. Do mesmo modo que as Áreas Metropolitanas não dividiram o país mas serviram para unir municípios. Por outro lado, dificilmente se compreenderá que 8 regiões dividam o país e 23 distritos não o façam. Dificilmente se acreditará que a carga administrativa e financeira de 8 regiões seja maior do que a dos 23 distritos existentes.

2 - Talvez as origens de Espinho tenham estado mais na Beira Litoral, já que a intransponibilidade do Douro se contrapunha a planície fácil das Terras de Santa Maria e o mar do Furdouro, que nos enviou os vareiros.

Cedo porém as barreiras naturais cederam ao impacto das estradas e pontes e é inegável hoje que Espinho cortou o cordão umbilical com as suas origens e se identifica muito mais com o Porto e com a região Entre Douro e Minho.

Espinho é um parceiro mais fácil e teria muito mais a ganhar na região Entre Douro e Minho. ■



**A REGIÃO DE ENTRE DOURO E MINHO**

"MARÉ VIVA" N.º 1063 - 5.11.98

**CARTÓRIO NOTARIAL DE ESPINHO**

NOTÁRIO: DR. DOMINGOS ANTÓNIO DE SOUSA FERREIRA

**Justificação**

CERTIFICO narrativamente, para efeitos de publicação, que, neste Cartório Notarial e no livro de notas para escrituras diversas n.º 162-B, de folhas, 141 a folhas 142V, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada em 22/10/98, na qual FLORENTINO DIAS DAS NEVES, e mulher, MARIA ALICE ALVES DE OLIVEIRA, casados em comunhão geral, naturais, ele da freguesia de São Paio de Oleiros, ela da freguesia de Sanguedo, ambas do concelho de santa naria da Feira, residentes na rua da Lomba, n.º 801, freguesia de Paramos, Espinho. Se declaram donos, com exclusão de outrém, do prédio a seguir identificado, por o possuírem há

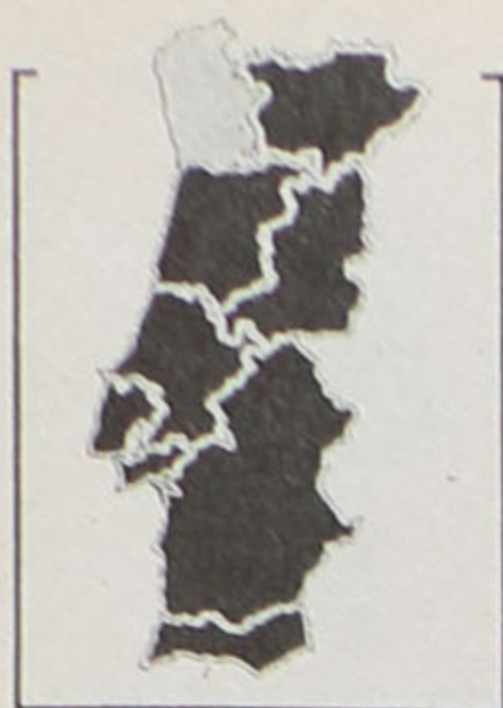
mais de 20 anos, pacífica, contínua e publicamente pelo que adquiriram esses prédio por usucapião.

**PRÉDIO**

urbano destinado a habitação, com as áreas coberta de cento e doze metros quadrados e descoberta de quinhentos e quarenta e cinco metros quadrados, sito na referida rua da Lomba, n.º 687, inscrito na matriz em nome do justificante, sob o artigo 1232, com o valor tributável de 5.622.750\$00, e a que atribuem o valor de CINCO MIL SEISCENTOS E TRINTA CONTOS, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Espinho, conforme certidão, que arquivo

Está conforme o original.  
Espinho, Cartório Notarial, 22 de Outubro de 1998

A Ajudante do Cartório  
Assinatura ilegível



## REFERENDO SORE A REGIONALIZAÇÃO



**JORGE CARVALHO**

Vogal (CDU)  
da Assembleia de Freguesia de Silvalde

**1 - Concordo com a criação de regiões administrativas porque entendo serem um instrumento essencial do poder autárquico para um melhor aproveitamento, uma eficaz gestão dos recursos e uma maior rentabilidade e rapidez dos investimentos necessários ao desenvolvimento do País.**

Está já provado que os 305 municípios, em que Portugal está dividido, recebendo apenas cerca de 7 % das receitas do Estado conseguem produzir 25 % do investimento público total em território português. Esta relação é fantástica e demonstra que, apesar do muito que é mal gasto pelas autarquias, estas conseguem uma maior eficácia e uma significativa rentabilidade superior ao poder central. As regiões, dada a área e o âmbito superior de intervenção, permitem potenciar ainda mais essa eficácia e rentabilidade dos dinheiros públicos.

### A necessidade tradicional das regiões

Qualquer estudante de direito aprendeu na cadeira de direito administrativo (se esteve atento às aulas e leu a parte histórica - pelo que fico perplexo com os disparates ditos por licenciados em direito e até professores das faculdades de direito nesta campanha de desinformação sobre a regionalização) que em Portugal, desde a Revolução Liberal, se tem procurado realizar uma profunda divisão administrativa (com avanços e recuos).

A nossa Constituição de 1822 previa os Distritos (com um administrador nomeado pelo rei e uma Junta eleita) + as Câmaras (com um procurador e vereadores elei-

## PERGUNTAS E RESPOSTAS

**1. Concorda com a criação de regiões administrativas?**

**2. Concorda com a inclusão de Espinho na Região de Entre Douro e Minho?**

tos). Mas não considerava as freguesias.

A nossa Carta Constitucional de 1826 estabelecia a divisão do nosso País em Províncias (remetidas para a lei posterior) + Câmaras (em todas as cidades e vilas, com presidente e vereadores eleitos). Foi criada, pela Câmara dos Deputados, a comissão de divisão do território que propôs a divisão em 7 províncias no continente e 2 nas ilhas, subdivididas em 17 comarcas administrativas. A Comissão do Código Administrativo, também criada pela Câmara dos Deputados, apresentou um projecto que dividia Portugal em províncias (com administrador geral nomeado pelo rei e assistido por um conselho provincial) + comarcas administrativas (com sub-administradores) + municipalidades. Não chegou a ser aprovada a lei porque a Câmara foi dissolvida em 1828 pelo miguelismo. Em 1830, por decretos de Mouzinho de Albuquerque, foram criadas as Juntas de Paróquia e reorganizadas as Câmaras Municipais (presidente era o vereador com mais votos).

Em 1832, por decreto de Mouzinho da Silveira, o País foi dividido em províncias (com um Prefeito e Junta Geral eleita) + comarcas (com Subprefeito e Junta de Comarca eleita) + 785 concelhos (Provedor e Câmara Municipal eleita) + 4086 freguesias.

Em 1835, o território do continente foi dividido em distritos (com Governador Civil e Junta eleita) + concelhos (com Administrador e Câmara Municipal eleita) + freguesias (com Comissário de Paróquia e Junta eleita). Em 1836 foi feita uma reforma mantendo os 17 distritos mas reduzindo os concelhos a 351 (foram suprimidos mais de 400).

O Código Administrativo de 1836 dividia o território em distritos + concelhos + freguesias, onde havia sempre um órgão deliberativo eleito e onde o Administrador do Concelho era igualmente eleito em voto separado.

O Código Administrativo de 1842 (centralizador) divide o País em distritos + concelhos (eliminando as freguesias, mas admitindo uma administração paroquial limitada)

com um órgão deliberativo eleito mas em que o Governador Civil e o Administrador do Concelho eram nomeados.

O Código Administrativo de 1878 (descentralizador) divide em distritos + concelhos + paróquias e alarga os poderes.

Os Códigos de 1886 e 1895-96 (centralizadores) mantêm as mesmas divisões mas reduzem poderes e limitam autonomia às autarquias.

Em 1911, com a República, foi revitalizada a autonomia local e a descentralização dos distritos + concelhos + freguesias com órgãos eleitos e representação das minorias nos corpos administrativos e separação do órgão executivo do órgão deliberativo.

Com o Código Administrativo de 1936-40 (da autoria de Marcello Caetano) o País foi dividido (embora de forma centralizada e autoritária própria do regime fascista) em províncias + distritos + concelhos + freguesias. Mas, em ruptura com a tradição liberal, os órgãos eram dirigidos por pessoas nomeadas, acompanhadas por representantes corporativos.

Com o 25 de Abril retoma-se a democracia do poder local, mas limitado às freguesias e concelhos.

### 25 de Abril, um poder local incompleto

Com o 25 de Abril de 1974 a democracia saiu à rua e tomou conta das freguesias e dos concelhos, todavia o movimento popular não se expandiu na democratização do distrito ou da província.

A Constituição de 1976, fiel à tradição portuguesa, consagrou a divisão do continente em autarquias locais em três níveis territoriais compostas por freguesias + municípios + regiões administrativas. Logo em 1976 se partiu para a eleição, no primeiro e segundo nível, das freguesias e concelhos (com órgãos deliberativos e executivos eleitos) mas deixou-se o terceiro nível para momento posterior (mantendo-se provisoriamente os distritos até à instituição das regiões).

E em todas as revisões da constituição se manteve, pacífica e unanimemente, a necessidade de implementar o terceiro nível autárquico do poder local: instituir as regiões.

Verifica-se que a implementação e democratização do poder local ficou incompleta e falta um dos 3 pilares do nosso poder local.

### Um referendo desnecessário e perturbador

Quando veio o 25 de Abril não havia órgãos eleitos na autarquia.

Eram geridos por pessoas nomeadas e sem meios e poderes para realizar obra relevante.

Já na altura da democratização das freguesias e dos municípios as vozes dos anti-regionalistas se levantaram (embora modestas e com alguma surdina pois era o tempo em que todos os partidos se diziam socialistas, mas iguais ao que já tinham dito os absolutistas no século XIX) dizendo que se iria pôr freguesias contra freguesias, concelhos contra concelhos, o país não aguentaria pagar a tantos eleitos locais. Ou seja, o país seria ingovernável e insustentável com os maus gastos de tanta gente.

A realidade mostrou a pujança, a capacidade de realização e a utilidade de autarquias locais eleitas. Hoje, as mesmas vozes anti-regionalistas e antidemocráticas (agora mais sonantes pois o socialismo ficou na gaveta) esqueceram-se do que disseram e pensaram com as eleições municipais e repetem velhas falsidades (em Portugal sempre os adversários da descentralização e do liberalismo utilizaram argumentos idênticos) contra a democratização do 3.º nível autárquico.

E sendo a criação de um 3.º nível administrativo (a somar às freguesias e aos municípios) uma antiga necessidade reconhecida em Portugal há mais de 160 anos, sucessivamente aprovada na Assembleia da República por unanimidade, existente na maioria dos países europeus, qual a necessidade de referendar tal questão? Quando se não referendou a regionalização política das ilhas? Porquê estas duas bitolas?

O desenvolvimento futuro de Portugal não merecia que o PS abandonasse princípios e programa só para satisfazer os caprichos do PSD, apenas preocupado em conseguir abrir frentes de luta na conquista do Terreiro do Paço.

### Portugal já está dividido mas mal e antidemocraticamente

Neste momento Portugal está administrativamente dividido em 18 distritos + 5 comissões de Coordenação Regional + 74 serviços desconcentrados (direções e serviços regionais) + 305 municípios + 4005 freguesias. Sucede que apenas os municípios e as freguesias são eleitas. Os restantes poderes administrativos são dirigidos por pessoas nomeadas, que cumprem ordens do Governo e que não prestam contas à população.

Com esta regionalização pretende-se arrumar melhor o país administrativo, juntando os 18 distritos em apenas 8 regiões (que

também são autarquias locais) e racionalizando nelas os diversos serviços espalhados e descoordenados. O que possibilita um melhor aproveitamento e uma gestão muito mais eficaz do poder local. Com a eleição dos órgãos, os responsáveis passam a ser conhecidos e a ter de mostrar obra, sob pena de não serem reeleitos. Tal como sucedeu com os eleitos municipais, a administração passa a ser mais transparente, mais séria e com melhores resultados no bem estar das populações. É o que tem acontecido por toda a Europa.

Regionalizar não é dividir mais o País, é dividir melhor e mais racionalmente.

Regionalizar não é criar «tachos» (eles existem e estão ocupados por pessoas que não conhecemos e são nomeados com critérios desconhecidos: só as CCR gastam mais de 67 milhões de contos por ano e gerem mais 400 milhões) mas é o poder de escolher, pelo voto, quem vai zelar pelos interesses das populações e poder castigá-los na eleição seguinte pela má gestão.

A regionalização é um instrumento fundamental para fixar pessoas, criar empregos, desenvolver as regiões e impedir que os portugueses continuem a ter de emigrar por não terem possibilidade prática de demonstrarem na sua terra as suas capacidades e potencialidades. A regionalização permite que os nossos licenciados, os nossos técnicos e os nossos trabalhadores não sejam forçados a ir colaborar no desenvolvimento das regiões estrangeiras, deixando as nossas ao abandono e aguardando cada dia a tardia decisão de um senhor dependente de um ministério de Lisboa.

**2 - Como me alonguei muito na resposta anterior vou ser comedido nesta.**

Desde miúdo que sempre ouvi dizer que Aveiro nos atrofiava e o Porto nos permitia o crescimento. Estamos a 17 Km do Porto e há muito que devíamos estar integrados na região portuense. A Assembleia Municipal de Espinho aprovou durante o debate da lei que vai ser referendada (e cuja discussão pública se prolongou por 15 meses - mas que os mentirosos dizem ter sido uma negociação), por unanimidade e com o meu voto incluído, a integração na Região de Entre Douro e Minho (e a Assembleia da República democraticamente respeitou a vontade manifestada por Espinho). Agora, finalmente, temos a possibilidade de deixar Aveiro e de nos juntarmos ao Porto. ■

## CICLOMOTORES DE ESPINHO

Sá Faria & Santos, Lda.

MOTORIZADAS - BICICLETAS - ACESSÓRIOS

ARMAZÉM DE ACESSÓRIOS PARA QUALQUER MARCA DE MOTORIZADAS E BICICLETAS

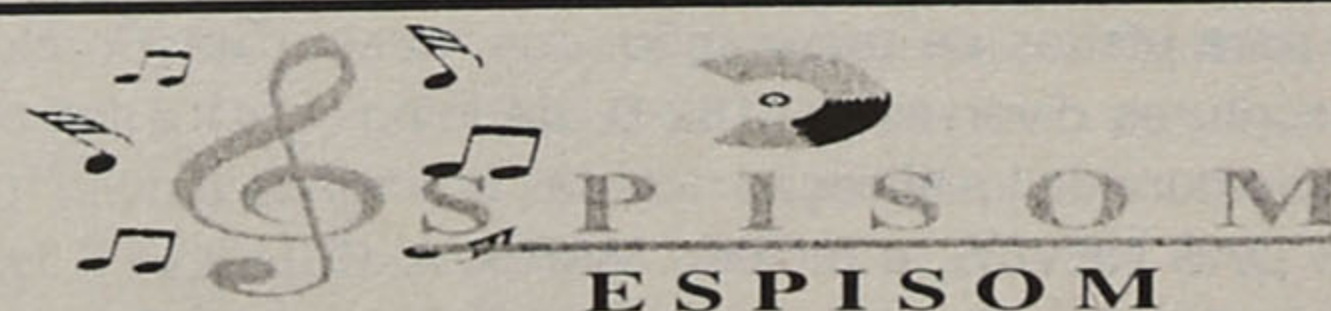
Av. 24 n.º 841 - Tel. 7343800 - Apart 107 - ESPINHO

## Rui Abrantes

ADVOGADO

Rua 18 n.º 582 - 1.º eq.  
Sala 3 - Telef. 7343811

ESPINHO



ESPECTÁCULOS - SOM - LUZES

Produzimos e realizamos espectáculos para todo o país. Festeje o seu Natal connosco!

Tel. 02/7347196 • TM 0931/4020353 • Fax 02/7313872 - Anta - 4500 Espinho

## CASA ALVES RIBEIRO

da Rua 19, 294 - Espinho

tem dos maiores sortidos do país em Vinhos do Porto datados, correntes, de mesa, Aguardentes Velhas e Whiskies

## Sal &amp; Pimenta



JOÃO TELES

## Outra vez o referendo

Espero não ter que passar uma noite em claro para redigir outro naco de prosa sobre este mesmo assunto, a tempo de que os resultados deste referendo e as mais que prováveis cogitações e conjecturas que irão ser verberadas pelos *habitués* da crónica política nacional me influenciem e que este semanário tenha na edição imediatamente a seguir à consulta popular um artigo de opinião regional, sem influência dos "cabeças bem pensantes" deste país que, curiosamente, não são de Lisboa mas estão todos lá radicados.

Para início de conversa, declaro já frontalmente que sou acérrimo defensor de alternativas administrativas, tais como o reforço do municipalismo, que substituem uma divisão em oito do aparelho burocrático, centralizado no Terreiro do Paço.

Curiosamente, os meus partidos de filiação e de adopção, respectivamente CDS-PP e PPM, têm a mesma visão que eu. Concerteza que já se formulam as mais arrepiantes conclusões de alguns dos leitores: "Quem é este gajo para estar aqui a dizer que são os partidos que concordam com ele?".

Este gajo é o mesmo que há anos vem dizendo que os municípios estão desprotegidos, que a regionalização não faz sentido no Portugal pequenino em que nos tornámos. Sim, porque é substancialmente diferente o facto de sermos "territorialmente pequenos" do facto de sermos "economicamente pequenos", por muitos oásis e critérios de convergência para o euro que me queiram impingir. Portugal é economicamente pequeno e fraco. (ponto final)

Agora tem que levar com a realidade pelos beiços. Não temos estrutura para, a nível de regime central, impor uma simples reformulação do embargo espanhol às nossas carnes (salvo seja) e queremos dividirmo-nos em oito regiões administrativamente autónomas, mas que, sempre que quiserem ir um pouco mais além nas suas iniciativas, têm de ter o aval de Lisboa. Assim sendo, partilho da opinião daquela honrada transmontana que referia num serviço informativo: "Se as regiões me fizerem ter que andar mais 100Km para tratar dos papéis, prefiro estar como estou". A sabedoria popular é das melhores coisas que este pequenino Portugal tem.

Qual política macro-económica, qual distribuição de poderes, qual capacidade de reivindicação junto de Bruxelas, que até nem sabem bem onde fica! O povo português está realmente interessado em saber se tem mais ou menos trabalho, mais ou menos engulhos no seu quotidiano com ou sem regiões. Isto porque, no fundo, o comum do cidadão sabe que o seu dia-a-dia vai continuar na mesma: levantar com o sol, deitar com as galinhas e ganhar uma miséria.

Se o resultado for a vitória do "sim", fica tudo como está porque o eng.º Guterres vai arranjar maneira de empastelar isto até às próximas Legislativas. Se o resultado for a vitória do "não", então fica mesmo tudo na mesma.

Por esta ordem de razões, continuo a afirmar: este referendo não era necessário e o seu resultado não vai alterar nada, a não ser mais alguns milhares de contos gastos numa consulta pública à qual a maioria absoluta dos portugueses vai aproveitar para faltar e reafirmar que está farta de fantochadas. E eu também.

## SUGESTÕES DE VOTO:

**1.ª Pergunta:** Concorda com a divisão administrativa do país em oito regiões?

**Exs:** "o que é a divisão?"; "qual país?"; "se eu votar, quanto me calha\$\$\$?"

**2.ª Pergunta:** Concorda com a inclusão do seu município na actual região (vide mapa das regiões)?

**Exs:** "o que é um município?"; "qual região?"; "eu só incluso com a minha Maria" ■

N.A. - JOÃO TELES é ANTI-REGIONALISTA PRIMÁRIO

## Cesto dos papéis



MÁRIO CÁLIZ

## Oportunidade a não perder

A Regionalização, a verificar-se, será muito benéfica para Espinho, uma vez que nos libertaria, finalmente, de uma ligação fictícia ao distrito de Aveiro. Devem ser poucos os espinhenses que tratam de mais assuntos em Aveiro do que no Porto ou Gaia. E os poucos assuntos que temos de tratar em Aveiro, fazêmo-lo por que somos obrigados pela divisão burocrática do mapa. Fazemos compras, vamos ao cinema, trabalhamos e identificamo-nos muito mais com o Porto do que com Aveiro. Se fizéssemos parte do Porto, poderíamos levantar voz na assembleia regional

contra aquilo que Gaia nos está a fazer no litoral a Norte de Espinho, poderíamos ter voz activa nos programas das visitas turísticas ao Porto. Poderíamos tratar da nossa carta numa viagem de dez minutos e não numa viagem de uma hora e tal se não quisermos pagar a portagem da auto-estrada. Há muitos anos que pedimos a nossa transferência para o distrito do Porto, tanto ao nível administrativo como noutros níveis, como por exemplo os desportivo, cultural e turístico. Fazemos parte da Área Metropolitana do Porto (AMP), da Lipor, das Águas do Douro. Colaboramos nas iniciativas e empreendimentos que se verificam naquela área mas somos sempre afastados quando se trata de questões distritais, uma vez que pertencemos ao distrito de Aveiro. A propósito de quê? O que nos liga a Aveiro? Nada, absolutamente nada. Elegemos deputados que nunca vêm cá a Espinho e dos quais nem o nome conhecemos. Os subsídios europeus são todos conseguidos através de programas apoiados enquadrados na AMP, e a única coisa que Aveiro dá são alguns subsídios desportivos ou culturais para as colectividades locais.

Por tudo isto, não compreendo como existem alguns espinhenses que, a propósito das cores partidárias, são contra a regionalização. Considero que este é um tema que deveria ser visto no interesse de Espinho e não no interesse dos

## Um espinhense em Neuchâtel



CARLOS CAMPOS

## Emigrantes sem voto na matéria!

A ingenuidade em política é uma coisa perigosa, sendo os que a cultivam os chamados sonhadores, e os que se deixam influenciar, os cándidos; sendo, vezes sem conta, ultrapassados pela chamada realidade ou, mais frequentemente ainda, pelo cinismo.

Com a libertação de Nelson Mandela, ou ainda com a derrocada do império soviético, todos nós tivemos o sentimento que finalmente o mundo caminhava a largos passos para que o respeito dos direitos do Homem e do cidadão fossem enfim uma realidade. Ora, o dia-a-dia mostra-nos o quanto estávamos enganados!

Quanto a mim, continuo a acreditar no progresso e na democracia, não renunciando nunca à luta, e é por isso mesmo que me permito "esclarecer-vos" nestas linhas! Eu explico...

Ligar a televisão e ouvir falar em regionalização passou a ser um martírio, tanto para mim como para milhares, senão milhões, de pessoas que, tal como eu, vivem de longe todo este processo. E isto porquê?

Porque se, por um lado, ouço dizer que há regiões onde os seus habitantes

não fazem a menor ideia do que é a regionalização (Telejornal RTP do dia 20 de Outubro), por outro, existem aqueles a quem o direito a poderem pronunciar-se, votando no referendo, é, pura e simplesmente, negado.

Porque se, por um lado, os nossos governantes continuam a dizer que nós, emigrantes, não somos "portugueses de segunda" e que o montante das remessas ultrapassam já (desde sempre ultrapassaram) as verbas que entram em Portugal provenientes dos fundos comunitários, por outro, entendem que a regionalização não é matéria que diga respeito aos emigrantes (É preciso não esquecer que os emigrantes depositam em Portugal, em média, 1.5 milhões de contos por dia).

Mesmo depois de o Presidente da República ter conseguido convencer a classe política de que também é Presidente dos portugueses que vivem no estrangeiro, nem assim escapamos à marginalização dos actos eleitorais e dos referendos do nosso país.

As razões da recusa, essas, não se entendem muito bem, pois o que veio a público é que existem emigrantes que,

partidos. A regionalização está prevista antes ainda dos meus tempos de es-cola. Todos aprendemos os nomes: Beira Litoral, Trás-os-Montes, Alentejo, entre outras regiões que aguardam a sua vez para finalmente assumirem o seu importante papel na evolução da democracia nacional. Só através das regiões o povo português poderá exigir desenvolvimento local equilibrado. Por isso é que as Câmaras Municipais tiveram de se associar em Comissões de Coordenação e Áreas Metropolitanas. Os problemas de uma região não podem limitar-se a uma sede de distrito que nem se lembra da periferia. Os problemas actuais exigem soluções combinadas e acções concertadas entre toda uma região e não através de concelhos ou freguesias por si só.

Por estas razões, votarei SIM às regiões no próximo dia 8 de Novembro. ■

tendo dupla nacionalidade, poderiam votar, tanto em Portugal como no seu país de acolhimento. Do que os governantes se esquecem (ou então fingem-se esquecidos...) é que esses constituem uma pequena minoria e que seria muito simples resolver o problema, bastando que houvesse vontade política. Deram-nos o direito ao voto para a eleição da Assembleia da República, está em estudo darem-nos o direito ao voto para a eleição do Presidente da República e... já devemos dar graças a Deus!

Esquecem-se que muitos quilómetros de terra deste nosso Portugal são pertença de portugueses residentes no estrangeiro. Pudesse cada emigrante retirar o pedaço de terra que possui em Portugal e talvez conseguíssemos fundar uma outra República Portuguesa, mais justa e solidária!

Quanto a mim, ou melhor dizendo, aos emigrantes residentes na Suíça, seria bom que nos pudessem ouvir, pois, nesta matéria, somos suficientemente emancipados para nos podermos pronunciar, com conhecimento de causa - a regionalização faz parte do nosso dia-a-dia. Por isso mesmo, até acho engraçado quando ouço, por parte de alguns senhores com grandes responsabilidades, dizer que são contra a regionalização, porque se iria assistir a um aumento da burocracia. Ora, das duas uma: ou estes senhores querem fazer de nós ingénuos, como vos dizia no início desta crónica, ou então trata-se do habitual cinismo no qual são especialistas os nossos políticos (felizmente que não são todos iguais), porque só haverá aumento de burocracia se não houver eficiência nos serviços a prestar, o que é completamente diferente.

Penso que a regionalização será uma boa opção para o nosso país, desde que os futuros presidentes das Juntas Regionais saibam agir como verdadeiros gestores, cabendo-lhes promover o contacto empresarial, ajudando a criar postos de trabalho, para que assim se assista a um maior e mais rápido desenvolvimento da sua região. ■

REFERENDO  
SORE A REGIONALIZAÇÃO


**REFERENDO  
SORE A REGIONALIZAÇÃO**

*Os argumentos de um e outro lado estão, por esta altura, apresentados. O 'Maré Viva' foi junto de dois representantes dos dois maiores partidos, Carlos Gaio (PS) e Luís Montenegro (PSD), aqueles que mais frequentemente têm dado a cara na defesa das respectivas teses, procurar esclarecer alguns pontos e colocar algumas questões que julgamos pertinentes.*

**CARLOS GAIO (PS)**
**"REFERENDAR O CONCEITO"**

**M**aré Viva: Concorde com a realização do referendo?

**CG:** Acho que o referendo, sujeito a uma série de condicionalismos, tem a vantagem de colocar as pessoas perante uma reforma importante da organização democrática do Estado. Mas, muito sinceramente, julgo que o referendo não era necessário.

**MV:** Os defensores do 'sim' demonstraram algum receio em admitir a componente política desta reforma, minimizando essa vertente da regionalização. A que se ficou a dever esse facto?

**CG:** Penso que não se trata de receio. Tem a ver com os argumentos utilizados e com a confusão, deliberada ou não, que se pretende fazer com outras figuras de regionalização, nomeadamente com uma autonomia regional. Quando se diz que as regiões administrativas não têm carácter político - é evidente que têm -, quer-se dizer que não têm o objectivo político que têm as regiões autónomas, que têm capacidade legislativa, parlamento regional, governo regional. No fundo, quer-se dizer que as regiões administrativas têm poderes limitados. Pretendeu-se evitar a confusão que se fez e continua a fazer-se, como se comprova nos debates, e fazer passar a mensagem que o novo poder autárquico vai ter poderes limitados e afastar medos que não têm razão de existir.

**MV:** Não teria sido benéfico para a causa do 'sim' que o PS tivesse aprofundado a questão das competências, por exemplo através de um projecto de lei?

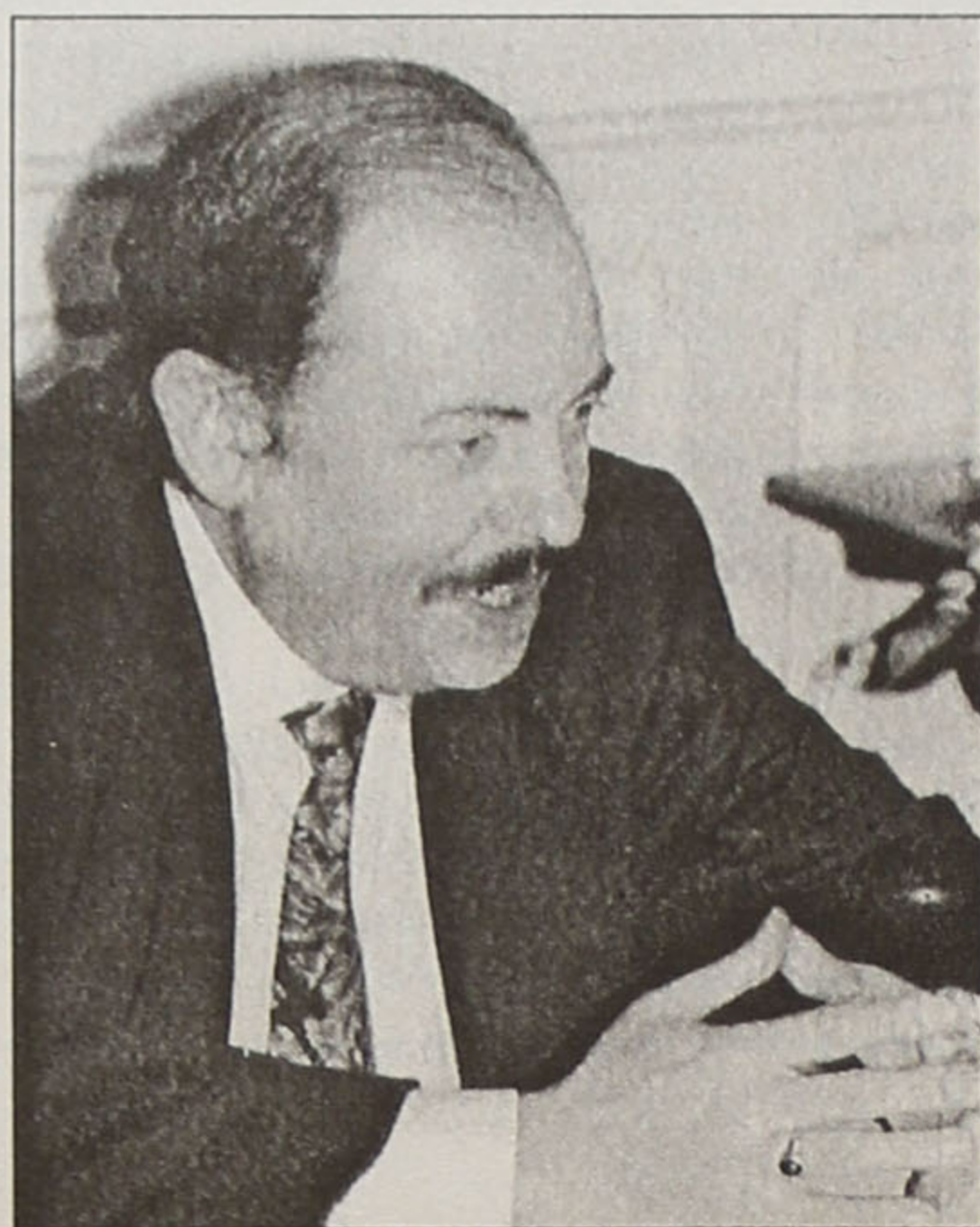
**CG:** Se optamos por uma consulta directa, só faz sentido referendar o conceito primeiro e concretizar depois. O que está definido é o mapa e as competências estruturais - necessariamente genéricas -, tal como constam da Lei de Criação das Regiões e da Lei-Quadro, e é sobre isso que se pede aos cidadãos que se pronunciem. A prova de que não é necessário concretizar em pormenor as competências é o caso das autarquias locais. As eleições realizaram-se em 1976, a lei das finanças locais é de 1979 e só em 1984 é que aparece um decreto-lei a delimitar as competências das autarquias locais.

**MV:** O PCP apresentou projectos de lei de finanças regionais e de delimitação de competências.

**CG:** Apresentaram um projecto que contém alguma especificação de algumas atribuições. O Partido Socialista elaborou um projecto de alteração à Lei-Quadro que detalhava algumas das atribuições das regiões. Penso que a forma como o processo foi conduzido, em direcção à realização de um referendo, provocou que esse projecto ficasse à espera do momento próprio. De qualquer forma, acho que o procedimento correcto é referendar o conceito e depois concretizá-lo, através do órgão competente, a Assembleia da República.

**MV:** Os problemas de funcionamento da administração pública devem-se, também, à falta de meios financeiros, humanos, técnicos, políticos. A instituição de um novo nível de administração não irá ser afectada por este factor ou mesmo agravá-lo?

**CG:** Nalguns sectores há falta de meios. Noutros, os problemas têm mais a ver com


**"Regiões terão poderes limitados"**

uma má aplicação dos meios, com uma gestão errada e com uma filosofia ultrapassada de administração pública. Um dos aspectos em que a regionalização administrativa é fundamental é a coordenação. A administração pública está desconcentrada no terreno de forma desordenada, com divisões regionais diferentes, sem poder de decisão e sem articulação. Os municípios podem fazer políticas integradas e articuladas em termos de urbanismo, ambiente, educação, cultura, infraestruturas. Em espaços maiores, as soluções para estes problemas - que são diferentes para Trás-os-Montes do que são para o Alentejo, por exemplo -, não são coordenadas. As comissões de coordenação só têm competências a nível do Ministério do Equipamento. A educação, o ambiente, a cultura, abastecimento público, etc., não entram nesse âmbito. As regiões administrativas podem conseguir essa coordenação e uma maior eficácia na administração pública.

**MV:** É funcionário da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN). Na sua opinião, este organismo desempenhará as suas funções de forma mais eficiente se o seu presidente for um político e não o eng.º Braga da Cruz (actual presidente da CCRN e apoiante da regionalização)?

**CG:** É uma maneira distorcida de abordar a questão. Embora desempenhe actualmente outras funções, em comissão de serviço, conheço minimamente o trabalho da CCRN e considero que é um trabalho válido. Mas tem competências e poderes limitados e não tem legitimidade para avançar com certas medidas, como o próprio eng.º Braga da Cruz tem tentado demonstrar em declarações públicas.

A questão é própria da democracia. É evidente que há pessoas mais indicadas que outras para ocuparem os lugares, e o eleitorado tem que estar atento a isso. O eng.º Braga da Cruz, por muita competência que tenha, não tem, como ele próprio reconhece, legitimidade para avançar com medidas que ache as melhores para a região. De resto, uma das grandes vantagens destas regiões administrativas é dar responsabilidade a pessoas que são eleitas. ■

**LUÍS MONTENEGRO (PSD)**
**"NOVO PODER É DESNECESSÁRIO"**

**M**aré Viva: É contra a regionalização ou contra esta regionalização?

**LM:** Não sou, por princípio, anti-regionalista. Não me repugna a ideia, não afasto a hipótese de haver um projecto de regionalização que me convença das suas virtudes. Não acredito é que esta seja a forma de resolver os problemas do centralismo da administração.

**MV:** Um dos argumentos mais frequentemente utilizados pelos partidários do 'não' é o da criação de uma nova classe política. Por que é que o PSD considera esse facto como forçosamente negativo para o país?

**LM:** Mais do que a criação de um novo poder político - embora isso também dê que pensar -, o que contestamos é a oportunidade dessa criação. No nosso entender, neste momento, esse novo poder é desnecessário. Não se trata de desacreditar os políticos, como é lógico.

O poder central tem que ter capacidade para centralizar o poder de decisão e desconcentrá-lo. Muitos serviços já estão desconcentrados, o que acontece é que há matérias irrelevantes - por exemplo, despachar sobre a compra de meia dúzia de cadeiras para uma escola -, que cabem ao ministro ou ao secretário de Estado.

**MV:** Esse não é um argumento a favor da existência de um poder de decisão a um nível mais baixo, regionalizado?

**LM:** É a favor de os serviços desconcentrados terem competência para decidir nestas matérias. Não há dúvida que o poder central tem que perder algumas competências que detém, que são demais e muito concentradas em Lisboa. A questão é saber se para isso é preciso eleger pessoas. Julgo que há muitas competências para as quais isso não é necessário.

**MV:** A eleição traz consigo a legitimidade dos eleitos.

**LM:** De facto, há o aspecto da legitimidade democrática e da responsabilidade dos eleitos. Mas os governantes têm que ser responsáveis pelas pessoas que nomeiam para esses cargos.

**MV:** Quanto ao mapa proposto, classificado como "uma negociata entre PS e PCP". A verdade é que esses dois partidos detêm a maioria na Assembleia da República. Não considera, por isso, que o mapa é legítimo?

**LM:** Têm de facto a maioria, mas têm também a obrigação de defender os interesses das populações sem olhar ao interesse partidário, isto é, sem se aproveitarem da legitimidade para conveniências de ordem partidária. Aliás, na minha perspectiva, o Partido Socialista tinha o dever de submeter a questão da regionalização a referendo antes de aprovar a lei de criação das regiões.

O problema é que esses dois partidos entenderam abdicar de determinados princípios para atingir objectivos político-partidários. É nisto que consiste a negociata. O que não quer dizer que PS e PCP não tenham toda a legitimidade para fazerem o que bem entenderem.

**MV:** O PSD critica as indefinições quanto às competências das futuras regiões, inscritas de forma genérica na Lei,


**"Regiões não fazem sentido na realidade actual"**

afirmando que nada se sabe a propósito desse assunto. O exemplo dos municípios e as contribuições teóricas, algumas delas da área política do PSD, não ajudam a que, pelo menos, os opositores da regionalização façam uma ideia do que virão a ser essas competências?

**LM:** Sinceramente, não faço a mínima ideia do que poderá acontecer. A comparação com os municípios que não está bem estabelecida. A evolução em relação aos municípios aconteceu na sequência de uma revolução e de uma mudança de sistema. A regionalização aparece quando o sistema está consolidado. Por outro lado, a actual reforma implica um patamar intermédio, cujas competências não se sabe de onde virão, se dos municípios se do poder central. Na minha perspectiva, a situação é completamente diferente. Aliás, o facto de não haver uma concretização destas competências indica, na minha perspectiva, que o PS não tem grande vontade de ganhar o referendo. Com esta indefinição, torna-se muito difícil convencer as pessoas dos possíveis benefícios desta reforma.

**MV:** Em 1996, Marcelo Rebelo de Sousa defendia a regionalização. Como explica esta mudança radical?

**LM:** Disse que era e hoje não diz que não é. Acha que se pode regionalizar de outra maneira, embora isso seja um problema do líder do PSD. A opinião do partido não é obrigatoriamente a do seu líder. Obviamente, na maior parte dos casos, essas opiniões são coincidentes. A mudança ocorreu mais no partido em si que, em congresso, mudou de facto de opinião. Embora possa haver quem não queira compreender, mudou bem, na minha opinião. Quer regionalizar à força, porque estava na Constituição, deixou de fazer sentido na realidade actual. Se em 1975 as regiões eram necessárias para reforçar a democracia, hoje já não é por esse motivo que é defendida. Sinceramente, não creio que, em 1996, Marcelo Rebelo de Sousa acreditasse nesta regionalização, não foi isso que percebi. De qualquer maneira, não posso responder por ele. Mas o sentimento geral dos militantes, em 1996, era contra a regionalização. ■